

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM QUINZE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

-----**ATA NÚMERO NOVENTA E NOVE**-----

----- Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, no auditório dos Serviços Sociais da CML, na Avenida Afonso Costa, nº 41, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais. -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Rosa Lourenço, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sandra Cristina

DRAFT

Andrade Carvalho, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Pedro Miguel Tadeu Costa, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, Luís Manuel Inês Cavaco, Ana Paula Viseu e Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.--

----- José António Cardoso Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Diogo Feijóo Leão de Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco.-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Araújo.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes.-----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Filipe Toga Soares.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 33/2016, de 15 de março de 2016, foi deliberado justificar a falta da Deputada Municipal Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), à 95ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (62ª Sessão Extraordinária), realizada em 16 de fevereiro de 2016.-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Joaquim Fernandes Marques (PSD) à 96ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (1ª Sessão Ordinária) realizada no dia 23 de fevereiro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Natacha Amaro (PCP), Romão Lavadinho (PCP) e Francisco Alves da Silva Ramos (BE) à 97ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª Reunião da Sessão Ordinária) realizada no dia 1 de março de 2016.-----

DRAFT

----- A Câmara esteve representada pelo Exm^o. Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Jorge Máximo, Paula Marques e Madalena Braz Teixeira. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos começar os nossos trabalhos, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, em primeiro lugar chamar a vossa atenção que há aqui um erro na Convocatória, naturalmente terão dado por ele, estava convocada para o dia 15 de março de 2015, parece que isso já foi há um ano, portanto, é 2016 e o erro foi meu, peço desculpa. -----

-----Dizer-vos que temos três pessoas inscritas a quem irei dar a palavra dentro de alguns minutos.-----

----- Dizer-vos que fiz distribuir agora mesmo um Voto de Pesar 1/99, se alguém quiser acrescentar alguma coisa ou alterar a redação que façam chegar à Mesa, porque naturalmente queria expressar esta homenagem ao Nicolau. -----

----- Dizer-vos ainda que a Petição 16, que estava agendada para hoje não vai ser apreciada hoje porque ainda não temos o Parecer concluído e pronto, aliás, com algum esforço a Comissão poderia tê-lo acabado mas ao dava tempo para o mandar aos peticionários, eles poderem ver e, portanto, combinei com a 8^a. Comissão que esta Petição seria agendada posteriormente. A 8^a. Comissão tem uma outra Petição que já apreciou, que é a Petição 15, que não tem o número de assinaturas necessário para ser agendada em Plenário, de maneira que eventualmente a Comissão gostaria de discutir isto em Plenário e eventualmente na próxima Conferência de Representantes, eu pergunto como é que querem fazer? Agendar podemos sempre agendar, só temos que decidir se os Peticionários podem falar ou não porque o Regimento põe aqui um limite, portanto, se não puderem falar pelo menos estão presentes na sala e vamos discutir a Petição 15. -----

----- Queria também dizer-vos, para vossa informação e para organizarem as vossas vidas, que de hoje a uma semana não temos nenhuma sessão marcada intencionalmente porque é a semana de Páscoa, portanto, temos alguns dias em que a Assembleia não está a funcionar e, portanto, não marquei sessão para de hoje a uma semana, e de hoje a 15 dias, no dia 29 é a 100^a. Sessão, que já será no Fórum Lisboa, renovado, com os vossos lugares renovados e, portanto, é uma sessão comemorativa dos 40 anos da Constituição, portanto, a intervenção que vos vai ser pedida a todos é uma intervenção sobre a Constituição, 5 minutos. -----

----- Irei convidar, para tomarem parte nos nossos trabalhos nessa sessão, uma vez que é a 100^a. Sessão da Assembleia Municipal, combinámos em Conferência de Representantes convidar os Ex-Presidentes da Assembleia Municipal, portanto, o Deputado Modesto Navarro, na qualidade também de ex-Presidente, a Deputada Simonetta Luz Afonso, também na qualidade de ex-Presidente e a nossa ex-colega e atualmente Deputada na Assembleia da República, Paula Teixeira da Cruz, portanto, irão os três serem convidados como ex-Presidente, terão também 5 minutos para poderem usar da palavra uma vez que é um dia especial. -----

----- Teremos também um pequeno momento musical e vamos fazer uma entrega aos colaboradores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, com mais de 15 anos de Câmara, ou com mais de 25 anos de Câmara, de um pequeno e simbólico Diploma salientando de facto a colaboração dada a este Órgão de Soberania. -----

DRAFT

----- A Câmara acho que vai pegar na ideia e acho que vai começar a fazer a mesma coisa em todos os outros Serviços da Câmara, eu bati-me por isso porque entendi que as pessoas que estão a trabalhar na Câmara, quer esteja neste serviço ou noutra estão a dar o seu melhor naturalmente ao Município e acontece que ao foi de 25, 30 ou às vezes 40 anos uma pessoa deu uma vida inteira ao Município de Lisboa e nunca recebeu de nenhum Presidente da Assembleia nem de nenhum Presidente de Câmara um abraço a dizer muito obrigado, portanto, eu acho que é um gesto simples e que temos obrigação de o fazer. -----

----- Eram estas notícias que vos queria dar, complementando ainda com uma notícia também importante para todos, dia 29 temos a Sessão Comemorativa e dia 31, quinta-feira, temos a primeira Sessão do Debate Temático, que será aqui aprovado e que finalmente se vai concretizar, que é o Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto, também já no Fórum Lisboa na quinta-feira dia 31 de março às 6 horas da tarde teremos a 1ª. Sessão e, portanto, agora estamos a tratar dos convites para organizar tudo isto. -----

----- Posto isto e dadas estas explicações todas iria dar a palavra às pessoas inscritas, temos três pessoas que se inscreveram, em primeiro lugar a Senhora Dona Valerie Braddell que é representante dos Lisbon Players. Lembro os Senhores Deputados que a Assembleia aprovou uma Recomendação à Câmara sobre a matéria relacionada com os Lisbon Players, que é o edifício Estrela Hall, que pertence à Embaixada Britânica e assinou um contrato de promessa para o vender a um particular e aprovámos uma Recomendação sobre isso, portanto, dou-lhe a palavra e tem 3 minutos, faz favor.” -----

----- **A Senhora Valerie Braddell**, Representante da Lisbon Players, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Em nome da Associação de Teatro Lisbon Players, sediados no Estrela Hall, no quarteirão inglês, começo por expressar o nosso enorme agradecimento à Excelentíssima Senhora Presidente, a Senhora Arquitecta Helena Roseta, pela recomendação que foi apresentada e subscrita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, e Deputado aqui presente, o Dr. Pedro Cegonho, que não o vejo, no passado dia vinte e três de fevereiro de 2016, e que foi subsequentemente, aprovada por unanimidade, pelos Senhores Deputados aqui presentes. O nosso obrigado a todos. -----

----- Este documento recomendava que a Câmara ponderasse exercer o direito de preferência na aquisição do quarteirão em que se insere o Estrela Hall; não permitir a alteração de uso do edifício classificado no PDM como equipamento; analisar a melhor forma de permitir a permanência da Associação The Lisbon Players no Teatro Estrela Hall. -----

----- Entretanto, o contrato de promessa compra e venda, foi assinado entre a Embaixada Britânica e o comprador privado Arquimelo, no passado dia três de março. Este contrato, quanto a nós, inexplicável, que já muitos viram e que deixa o futuro do quarteirão inglês e Estrela Hall, tão incerto pelo que é urgente uma resolução deste assunto. -----

----- A própria Associação de Teatro está nas suas instalações desde 1947, e é a mais antiga companhia de teatro com trabalho contínuo na Cidade de Lisboa. -----

----- Os Lisbon Players não são só britânico, ou inglês, é acima de tudo, português e internacional. -----

----- Em 2015, 50% dos nossos elencos e equipas técnicas foram portuguesas, e tivemos cerca de 73% da lotação da sala. A única receita desta companhia é a bilheteira e as quotas dos associados. Só com isto temos mantido o edifício e cumprido todas as exigências legais, realizando temporadas com média de seis sessões anuais, e prestando um serviço essencial à comunidade lisboeta que inclui escolas. -----

DRAFT

----- A secção do quarteirão inglês à venda, composta por hospital, cemitério judeu, edifício onde estão a Ordem dos Economistas, e a Câmara de Comércio Luso-Britânico, e a bela casa do padre, é situada junto ao cemitério e igreja anglicana. Tem uma história importante para Campo de Ourique e a Cidade de Lisboa. -----

----- Agradecemos, assim, os melhores ofícios desta Assembleia para salvaguarda histórica do local, para as necessidades das referidas instituições, mas mais importante, para salvaguarda da cultura e, neste caso, do teatro. O teatro, como disse, não é inglês, o teatro é de todos e para todos, o teatro é de Lisboa. Cabe-nos a nós defender a sua preservação. -----

----- E viva a memória de Nicolau Breyner.-----

----- Obrigada pela vossa atenção.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- A Assembleia, naturalmente, enviou imediatamente, a recomendação para a Câmara de Lisboa, deu conhecimento à Embaixada Britânica, e estamos à espera dos desenvolvimentos porque, como deverão estar lembrados, uma das recomendações que constava desta deliberação que tomámos sobre a questão do Estrela Hall, era que a Câmara não aceitasse a alteração de uso, e essa alteração de uso é uma das condições do contrato de promessa compra e venda, portanto, o assunto com certeza, que ainda vai ter grandes desenvolvimentos porque se a Câmara acatar a nossa recomendação, as coisas terão que ser revistas. -----

----- Agora é a Senhora Filomena. Só lembrar que a Senhora Filomena já são várias vezes que cá vem, e temos um problema como a Senhora Filomena só se inscreveu hoje, à tarde, é que temos uma dificuldade, quando é uma segunda vez que vem, ou terceira, eu peço aos serviços para me trazerem o que é que se passou desde a última vez que a pessoa cá esteve, porque houve já várias diligências que fizemos, no caso da Senhora Filomena, e não houve tempo para fazer esse pedido e, portanto, eu não tenho de memória o encaminhamento que dei, mas tem a palavra D. Filomena, faz favor.” -----

----- **A Senhora Filomena Freire Tavares Semedo**, moradora na Rua do Vale Formoso de Cima, 286 D, 1950-275 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu Filomena Freire Tavares Semedo Brito Santos, casada, de cinquenta e seis anos de idade, natural de Cabo Verde, residente em Portugal, na Freguesia de Marvila, portadora de cartão de cidadão número 30921375, e com o NIF 240677935, vem muito respeitosamente, comunicar a vossa excelência, a minha mágoa e revolta. -----

----- Há mais de catorze anos que habito em Marvila, sempre na mesma rua. -----

----- Padeço de doenças crónicas, em especial, fraqueza muscular, diabetes tipo II, hipertensa, insuficiência venosa dos membros inferiores, obesidade, osteoarticular degenerativo, e estou a ser seguida pela médica, Dr.^a Luísa Medeiros do Hospital de S. José e dos Capuchos. -----

----- Também quero dizer à Senhora presidente da Assembleia Municipal de Lisboa que tenho família, que é composta por esposo, filho, filhas e netos. Eu e o meu esposo somos reformados por invalidez. A minha filha já terminou, graças a Deus, o mestrado, e com muita turbulência. O meu filho menor tem dezassete anos, e está a estudar a fazer o curso de informática na Escola D. Dinis, em Marvila. -----

----- Na altura em que fizeram o despejo, eu tinha ao meu cuidado o neto que veio dos Açores para vir estudar, e outro neto que estava em Cabo Verde, de férias com o pai, para que a minha filha terminasse os estudos. -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, família instituída por Deus, e a lei portuguesa a defende. O que está acontecendo com as famílias portuguesas? Nossos políticos não têm se importado com elas, não têm solucionado os

DRAFT

seus problemas, e o povo fica à mercê das pessoas que deram nome de Assistentes Sociais, que não têm nada a ver com a dignidade e o amor humano. -----

----- O povo está a ser discriminado, injustiçado e vítima do terrorismo psicológico. ---

----- Na semana passada, fiquei admirada de ouvir uma mãe que disse que para ter habitação tinha que ter doença, e dormia no carro. Então, eu no meu caso, tenho de ter bebé? -----

----- Senhora presidente, eu concorri para habitação, tive cento e dezassete pontos, no mês de outubro, pediram documentos, em dezembro, a seguir falei com a minha médica de especialidade, em fevereiro, e ela me deu uma carta para entregar no Serviço Social de S. José. Comunicaram à Câmara, secção de habitação, no entanto, tinha ido falar com a senhora enviada, Dr.^a Guida Escadinha, e ela só me disse que estava a estudar o meu processo....” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Filomena, eu tenho de pedir desculpas, mas já terminou o seu tempo de maneira que, pode continuar e pode deixar depois, se quiser, o documento inteiro, mas agora vai ter que abreviar devido ao seu tempo.” -----

----- **A Senhora Filomena Freire Tavares Semedo** continuou: -----

----- “Ela só diz que está a estudar o meu processo, e com uma jurista. -----

----- Eu e a minha família estamos separados desde outubro, a minha filha em casa de uma prima, em Alfovelos, o meu filho estava com o pai, que não dava conta do recado e portanto, neste momento, está nos Olivais com uma outra irmã da igreja. E eu estou numa casa. Já passamos porta-em-porta, já dormimos no carro, já dormimos na pensão, até já me cuspiram na cara, e eu só digo, com a graça de Deus, porque não desejo que isto se passe com nenhum ser humano. -----

----- O meu filho mais novo diz; “mãe, já chega. Estamos a andar de porta-em-porta”. E eu respondo Deus é quem sabe, e nós só temos que fazer o que ele quer. -----

----- Eu pergunto, onde está o amor para com os outros? Onde está o humanismo? Onde está o compromisso com o curso que fizeram de Assistente Social? Há muita gente que está satisfeita com a desgraça alheia, até se vingam com os bens do Estado, que não pertencem a eles. Porque eu tive um problema com uma Senhora Assistente Social, Dr.^a Elisabete Alhandra, em que ela me disse para ir para Cabo Verde, e eu disse-lhe que ela não era Assistente Social. Agora, a outra Assistente Social da Santa Casa vem confirmar ao perguntarem-nos se nós não queríamos ir para Cabo Verde. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Ou Senhora Filomena, eu não quero interrompe-la porque está a falar com o ‘coração nas mãos’” -----

----- **A Senhora Filomena Freire Tavares Semedo** continuou: -----

----- “Outra coisa, disseram que a Câmara não tem conhecimento das casas vazias. Tem sim, porque estão lá com chapas as casas vazias que não estão arranjadas, e estão com chapas, com sinal de porta as casas que estão prontas. -----

----- Eu não sei, só Deus sabe o futuro.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Filomena, queria fazer uma pergunta, disse que tinha cento e dezassete pontos na sua candidatura para uma tipologia quê?-----

----- **A Senhora Filomena Freire Tavares Semedo** respondeu:-----

----- “Eu não sei, mas disseram que era um T4.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Ok. Se quiser deixar cópia da sua intervenção, os serviços podem fazer a fotocópia, e eu vou voltar a ver, eu já na altura enviei para a Câmara a perguntar o que é

que se passava com o seu caso, mas vamos voltar a insistir, até porque é um caso que está no limite. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Maria Judite Cerveira Pires Carvalho**, Largo Mário Neves, 12 – 5º. B são Domingos de Benfica, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta é a segunda vez que venho falar com a Senhora, é a segunda vez que venho falar a esta Assembleia, sobre a habitação. -----

----- Acontece, que eu moro ali naquela casa na Rua Mário Neves, ao pé do Hospital de Santa Maria, com infiltrações, e com vários problemas na casa, e até agora não tive nenhuma resposta, por mais que eu tenha andado, e era isso que eu vinha pedir, se ao menos me dão uma resposta.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Judite, eu agora tenho que ir procurar o seu processo. Eu sei que já fiz duas cartas sobre o seu caso, para a Câmara, mas não tenho aqui. Temos de ver se aceleramos isto. -----

----- Muito obrigada pela sua intervenção e até uma próxima, esperemos que até lá tenha uma resposta. Muito obrigada. -----

----- Vamos então agora Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, temos o Voto de Pesar do Nicolau Breyner. -----

----- O CDS pede-me para acrescentar aqui que foi candidato como Independente nas listas do CDS. -----

----- A dúvida da data de 95 estava na Wikipedia, mas pode estar errado na Wikipedia, é de que ano? 93, então ok, fazemos essa correção. -----

----- Se aqui o Senhor 1º. Secretário não me levar a mal, eu era muito amiga do Nicolau, não se importa que se já eu a ler? Bom, certo. -----

----- **Voto de Pesar nº. 1/99 Retificado – “Voto de Pesar pelo falecimento de Nicolau Breyner”**. -----

----- Eu vou passar a ler o Voto de Pesar sobre a morte do Nicolau Breyner: -----

----- *“A morte repentina de Nicolau Breyner, aos 75 anos de idade, provocou uma grande comoção em todo o país. Actor inteligente e popular, alentejano orgulhoso da sua origem, dotado de grande criatividade e de um enorme carisma, Nicolau percorreu todas as etapas de uma carreira teatral e cinematográfica, desde ator a encenador, diretor de atores, produtor e realizador. Entusiasta empedernido, gostava de partilhar o seu talento com sucessivas gerações de atores que viam nele, não apenas um mestre, mas muitas vezes uma figura paternal. Ultimamente tinha criado uma escola de atores, porque acreditava no talento dos mais novos, a quem sempre incentivou. -----*

----- *A sua preenchida carreira e atividade artística não o impediam de se envolver nos combates cívicos, de que o mais expressivo terá sido a candidatura à Câmara de Serpa, como independente, nas listas do CDS, em 1993. -----*

----- *Nos programas televisivos a que começou a dar corpo, logo após o 25 de Abril, e que ficaram na memória dos portugueses, como a rábula da dupla “Sr. Feliz e Sr. Contento”, em que contracenava com Herman José, deixou correr a sua veia satírica sobre as várias peripécias políticas e sociais que espelhavam um país em profunda mudança. Gostava de rir e de fazer rir, mas a sua imensa ternura podia provocar lágrimas no meio do riso. -----*

----- *Em 1982, foi como ator, coguionista e diretor de atores que se envolveu na primeira telenovela portuguesa, Vila Faia. Desde então nunca mais largou a ficção televisiva, de cuja evolução se tornou figura proeminente. -----*

----- *Ao longo da sua carreira somou quase 50 participações no cinema, em filmes de cineastas de diversas gerações, entre os quais Luís Galvão Teles, Fernando Lopes,*

António Pedro Vasconcelos, Leonel Vieira, Mário Barroso e João Botelho, tendo recebido três Globos de Ouro para Melhor Ator pelas suas participações em Kiss Me (2004), O Milagre Segundo Salomé (2004) e Os Imortais (2003). Em 2005 foi feito Grande-Oficial da Ordem do Mérito.-----

----- *Generoso e de coração aberto, Nicolau deixa saudades e um enorme vazio, não só entre os colegas, amigos e família, mas também em todos os públicos que tocou, sobretudo através do pequeno écran. Com a sua morte, todos nós, de uma maneira ou de outra, perdemos alguém.*-----

----- *A Assembleia Municipal de Lisboa envia as suas condolências à família e presta-lhe uma última homenagem, aprovando este voto de pesar.*”-----

----- Pergunto se alguém quer usar da palavra? Não há pessoas inscritas.-----

----- Vamos pôr o Voto de Pesar à vossa consideração. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de pesar nº. 1/99 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- O Voto de Pesar pela morte de Nicolau Breyner foi aprovado por unanimidade e agora vamos fazer um minuto de silêncio.-----

----- (Neste momento foi feito um minuto de silêncio)-----

----- Muito obrigada, posto isto vamos iniciar então a parte seguinte dos nossos Trabalhos e é a aprovação das Atas 83 e 89.-----

----- **Apreciação e aprovação das Atas nº. 83, de 20.10.2015 e nº. 89, de 17.12.2015;**

----- Pergunto se algum dos Senhores Deputados tem alguma observação a fazer às Atas? Não vejo pedidos de palavra. Pedia a vossa atenção Senhores Deputados porque vamos votar.-----

----- Vou pôr à votação em simultâneo as Atas 83 e 89. Não há votos contra e nem abstenções. As Atas foram **aprovadas por unanimidade.**-----

----- **A Petição nº. 16/2015 foi adiada.**-----

----- **Petição nº. 1/2016- Apreciação da Petição nº. 1/2016- Remoção de Amianto de Benfica, nos termos do artigo 85º. do Regimento;**-----

----- (A Petição nº. 1/2016 está anexada a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante.)-----

----- (O Parecer da 4ª. Comissão Permanente está anexada a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- Está é respeitante á remoção do amianto em Benfica, há uma Comissão de amianto que foi constituída e que dinamizou esta Petição com 276 peticionários, o seu representante é o Senhor Paulo Inácio, que está aqui e que vai usar da palavra, tem 10 minutos.-----

----- **O Senhor Paulo Inácio, Peticionário,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Boa-tarde a todos, boa-tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhoras e Senhores desta digníssima Assembleia, eu não preciso dos 10 minutos, vou ser muito objetivo e muito claro.-----

----- A petição tem a ver com o amianto, que toda a gente sabe o que é, toda a gente sabe os males que causa, mas o seguimento da Petição tem a ver com processos e procedimentos, a reclamação prende-se exatamente pelos processos e procedimentos, porque andamos há 15 anos a reclamar, nós concretamente, os elementos desta Comissão.-----

----- Eu moro num prédio que tem 12 andares de altura, tem 5 pisos de 5 apartamentos por andar, portanto, representa 60 fogos. Na rua onde eu vivo e nas duas ruas ao lado existem cerca de mil fogos e as pessoas que circulam localmente, nomeadamente nas Finanças, a Autoridade Tributária, nos Correios e na Comissão da Segurança Social serão cerca de trezentas por dia, todas elas a respirarem amianto e a nossa recomendação

DRAFT

e a nossa solicitação a esta digníssima Assembleia é que considerando as várias crianças que lá estejam, que lá circulam e que lá vivem não continuem a padecer daquilo que é óbvio que vão padecer porque não há uma resolução objetiva e clara, todos nós trabalhamos muito, aquilo que é importante é definir o que é que produzimos em relação ao trabalho que efetuamos e nós sentimos que nos últimos anos não houve produção de rigorosamente nada, nenhuma e que houve sim percas de tempo. -----

----- Fizemos uma carta para o Senhor Presidente do BCP registada com aviso de receção que foi recebida, para deitar abaixo o amianto e pôr uma chapa com custos ridículos mas que tranquilizariam todas as pessoas. Essa mesma carta foi remetida para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, atual Senhor Primeiro-Ministro, e foi remetida também para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa atual, as respostas é que está a ser estudado, está no Vereador, está ali, está acolá, o que é facto é que o amianto lá está! -----

----- Toda a gente sabe quais é que são as consequências, em nome de todos os habitantes do local e em nome de todos os circulantes do local peço a esta respeitosa Assembleia que faça aquilo que tiver ao alcance para fazer para numa coisa muito prática, muito pouco onerosa, com poucos custos locais e diretos, retire o amianto e ponha um plástico, uma chapa de painel sanduiche, um alumínio, qualquer coisa, nos barracões que lá estão ainda porque por uma questão de estratégia, e é isso que se consta, embora sem evidências, por uma questão de estratégia ainda não foi tirado face às negociações entre o Banco Comercial Português e a Câmara Municipal de Lisboa, é o que consta, não sei se é verdade ou se não, limito-me a transmitir aquilo que consta. ---

----- A todos os presentes muito obrigado. Senhora Presidente muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigada Senhor Paulo Inácio, agora depois de ouvirmos as vossas razões, que são absolutamente relevantes neste caso, eu gostaria de dar a palavra à Senhora Deputada Inês Drummond que foi Relatora da 4ª. Comissão onde este assunto foi apreciado e fizeram um Parecer que deu origem a uma Recomendação que nós iremos votar se assim for o caso. -----

----- Senhora Relatora, faça o favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Com efeito a 4ª. Comissão recebeu a Petição nº. 1/2016- Remoção do amianto em Benfica, reclamação de processos e procedimentos. No âmbito da 4ª. Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida foram ouvidos os peticionários e oficiada a Câmara no sentido de esclarecer algumas das questões que foram presentes à 4ª. Comissão. -----

----- Permitam-me que comece por saudar os peticionários pela coragem e capacidade de se organizarem e reclamar daquilo que consideram ser uma questão de saúde pública, capacidade de organização e de trazer a esta Assembleia ou entender que esta Assembleia pode ser um interlocutor desta reclamação junto da Câmara Municipal de Lisboa, junto do BCP e de sensibilização também do resto dos cidadãos. -----

----- Com efeito e na sequência, isto para enquadrar a reclamação, trata-se de um barracão na Rua Amélia Rey Colaço, era um conjunto de três barracões há uns anos atrás, estes barracões tinham amianto e há muitos anos que já se vinha reclamando para que se pudesse analisar se constituíam ou não perigo para a saúde pública e a remoção das estruturas caso isso ocorresse. -----

DRAFT

----- Dois dos barracões, o A e o B acabaram por ser demolidos, constituíam um perigo para a saúde pública até porque estavam abandonados e já lá viviam sem-abrigo, toxicodependentes, portanto, foi importante terem sido demolidos, no entanto este barracão, o barracão C na Amélia Rey Colaço, que é o que está mais próximo das habitações é aquele que constitui, enfim, um perigo mais próximo para os moradores e para os trabalhadores do Departamento de Finanças que ali trabalha. -----

----- Nesse sentido e depois de ouvidos os peticionários e do ofício que recebemos da Câmara Municipal de Lisboa a Comissão entendeu fazer um conjunto de Recomendações que passo a ler: “Face ao exposto recomenda-se à Câmara que promova uma nova vistoria ao local a fim de verificar a estabilidade e a fiabilidade dos diversos remendos da estrutura, por forma a garantir que sejam acuteladas todas as questões relacionadas com a segurança e saúde pública. -----

----- Que acompanhe a situação e que informe esta Assembleia e os moradores de todas as diligências que tomar. -----

----- Tendo em atenção o historial deste processo deverá também a Câmara Municipal de Lisboa diligenciar junto do BCP o envio dos resultados das análises à qualidade do ar realizadas em 2015, dando conhecimento das mesmas aos moradores e a esta Assembleia. -----

----- Considerando ainda que neste edifício funcionam vários serviços e também os seus trabalhadores têm direito a estarem informados do potencial perigo de exposição partículas de fibrocimento deverá a Câmara Municipal de Lisboa diligenciar para que seja dado conhecimento das referidas análises ao Ministério das Finanças bem como às estruturas representativas dos seus trabalhadores e que diligencie, se assim se justificar, para que o proprietário proceda a uma rápida remoção das estruturas de fibrocimento existentes no barracão, identificado com a letra C na Rua Amélia Rey Colaço. -----

----- Este relatório foi aprovado por unanimidade de todas as forças políticas presentes representadas na 4ª. Comissão Permanente, Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida.” -----

----- Senhora Presidente, se me permitir fazia já a intervenção do Partido Socialista.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com efeito o Partido Socialista não podia deixar de se associar à preocupação expressa pelos moradores, tive a oportunidade de estar presente e em sede de Comissão também todos os deputados Municipais presentes na Comissão tiveram a oportunidade de ver as fotografias da cobertura do dito barracão do número C da Rua Amélia Rey Colaço, é uma cobertura que está cheia de remendos, de acordo com a Câmara Municipal de Lisboa e com o próprio BCP que oficiou a Câmara no sentido de que quando notificado para resolver o problema e analisar se existiriam ali algum perigo para a saúde pública, o BCP veio informar a Câmara que procedeu a obras de reparação e que portanto aquele barracão já não constituía nenhum perigo para a saúde pública, no entanto quem olha, enfim a olho nu, e eu não sou especialista mas quem olha assim de facto todos aqueles remendos constituem um sentimento de alguma insegurança para os moradores e trabalhadores daquele edifício e é nesse sentido que não podíamos deixar de nos associar a estas recomendações dizendo claramente que é importante que a Câmara volte ao local, analise as obras que ali foram feitas, que o BCP ali fez, peça ao BCP o resultado das análises que foram feitas em 2015, que não são do conhecimento ainda público e que faça essa visita de preferência com os moradores, com os

peticionários neste caso, com a 4ª. Comissão mas também com a Junta de Freguesia de Benfica. -----

----- Nós ficaremos muito mais seguros se pudéssemos ter a prova que de facto aquele amianto não constitui um perigo para a saúde pública, lembro que este telhado, que este telhado está ao mesmo nível de um rés-do-chão de uma das habitações onde moram crianças e naturalmente é uma preocupação à qual nós nos associamos, a única coisa que pretendemos, juntamente com os peticionários é que nos provem que de facto aquilo não constitui perigo para a saúde pública, se assim for muito bem, caso não seja que rapidamente se removam estas estruturas para garantir que a saúde pública, como prova que a saúde pública das pessoas individual está acima de tudo. -----

----- Portanto, o Partido Socialista apoia os peticionários, felicita mais uma vez os peticionários pela sua capacidade de organização, de nos trazer aqui esta questão e esperamos em breve que a Câmara Municipal de Lisboa faça uma nova visita ao local e possamos ver de facto estas obras que o BCP fez que de alguma forma nos causam alguma preocupação dada a qualidade de remendos nesta estrutura existente. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, antes de dar a palavra aos próximos oradores a Mesa lembra uma disposição regimental, dá a ideia que estão todos um bocado distraídos, hoje é dia de debate para declarações políticas, diz o nosso Regimento que os Grupos Municipais e Deputados que fizessem o mandato como Independentes que queiram produzir declarações políticas devem comunicar essa intenção à Mesa até ao início da respetiva sessão, ninguém comunicou, presumo que não há declarações políticas, ou esqueceram-se de comunicar? -----

----- Bom, façam o favor, então usem os telefones, inscrevam-se e façam o favor de se inscrever porque realmente o Regimento é para cumprir, façam favor. -----

----- Vamos então continuar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais e Senhores Vereadores. -----

----- Em primeiro lugar, “Os Verdes” querem saudar a iniciativa dos peticionários que, através da petição que agora apreciamos, trouxeram a esta Assembleia um assunto da maior importância, por se tratar de um problema grave para a saúde pública. -----

----- O que os subscritores desta petição pretendem, e no entendimento do PEV com toda a razão, é que o problema do amianto num pavilhão em Benfica seja resolvido. ---

----- Este assunto não é novo, tem-se vindo a arrastar e até hoje o problema mantém-se, com todos os riscos e insegurança que representa para a saúde pública. -----

----- Para “Os Verdes” este é um assunto para resolver com a máxima urgência, de forma séria e responsável. Tratar o problema do amianto, além de ser uma exigência legal, é um dever moral, e ninguém devia ter que estar sujeito a situações de risco e de inquietação, temendo eventuais doenças decorrentes da exposição a esta substância. ---

----- Estas são, aliás, preocupações que sempre tivemos e que estiveram na base de inúmeras propostas que apresentámos, tanto a nível municipal como a nível nacional, na Assembleia da República. Propostas do PEV que deram depois origem à legislação que temos hoje e que é urgente que seja efetivamente cumprida, para evitar situações como a retratada nesta petição. -----

----- Há ainda uma situação em todo este processo que é completamente inadmissível e preocupante que é o facto de, alegadamente, o barracão que representava mais

preocupação por parte dos moradores e sobre o qual houve uma notificação da autarquia à entidade proprietária no sentido da remoção do amianto, este apenas ter sido intervencionado, sendo que os peticionários se continuam a queixar do mau estado da cobertura, e estamos a falar de uma estrutura de grandes dimensões, muito antiga e situada numa zona residencial.-----

----- Independentemente de quem é a entidade responsável, que neste caso é uma instituição bancária, e de todo o processo burocrático, é preciso resolver esta situação, e permitir às pessoas que possam estar no seu dia-a-dia tranquilos e livres de perigo. Porque nestes casos deve prevalecer o princípio da prevenção, e essa tem sido a batalha do PEV ao longo dos anos: promover o princípio da precaução e acautelar todas as questões relacionadas com a segurança e a saúde, neste caso específico, dos moradores e dos trabalhadores.-----

----- Num caso destes não pode haver hesitações, atrasos nos processos e falhas na comunicação. O que tem de ser feito é, com base no princípio da precaução, demolir a estrutura ou remover a cobertura com amianto, se tal for aconselhado, dentro das normas de segurança exigidas. E, acima de tudo, prestar informações aos cidadãos que são diariamente afetados por esta situação.-----

----- Consideramos positivo que a própria Câmara Municipal de Lisboa reconheça a pertinência desta petição e que esteja disponível para ajudar na resolução deste problema, que esperamos esteja para breve.-----

----- Sobre as recomendações resultantes da apreciação desta petição e do respetivo parecer, “Os Verdes” estão de acordo e votarão naturalmente nesse sentido.-----

----- Por fim, reiteramos a nossa saudação aos peticionários que além de alertarem para esta situação, com o objetivo de resolver de vez esta situação, alertaram também para determinados procedimentos pouco claros em todo este processo, situações que carecem de resolução urgente. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Toga Soares (CDS/PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimentar todos os Membros da Mesa e restantes Membros do Executivo Camarário presentes, senhores Deputados, Excelentíssimos Membros do Público e Órgão de Comunicação Social presentes.-----

----- Gostaria de começar por saudar os peticionários pela iniciativa que apresentaram nesta Petição à Assembleia Municipal de Lisboa, foi subscrita por 276 munícipes representativos da Comissão de Amianto nas Ruas de Amélia Rey Colaço, Maria Lalande e Augusto Costa e que revelam a preocupação e perigo eminente que provem dos barracões, propriedade do Milénio BCP.-----

----- As consequências à exposição de amianto são conhecidas e têm sido alvo em particular nos últimos tempos do foco das atenções quer do Município quer desta Assembleia Municipal, no sentido de eliminar todo e qualquer elemento que contenha esta matéria, em particular nos casos de equipamentos públicos e coletivos onde existe contacto e exposição permanente dos quais se destacam, como é óbvio, as escolas públicas.-----

----- No caso em apreço trata-se de um problema ainda maior face à exposição que o espaço em análise se reveste, colocando em perigo a saúde pública dos moradores e comerciantes da zona envolvente, mas também daqueles que por ali passam.-----

----- As doenças, materiais de construção e a gestão e tratamento destes resíduos estão devidamente assinaladas, bem como os respetivos procedimentos, pelo que não se pode aceitar que entidades públicas ou privadas não tracem um plano imediato para exterminar definitivamente o amianto.-----

----- Das audições efetuadas constata-se que o Município agilizou procedimentos no âmbito das suas competências, nomeadamente a de intimação ao BCP para a extração do amianto, a verdade é que após vários anos de alertas e contatos a situação mantém-se e o aumento de risco para a saúde pública também.-----

----- Perante os factos e dados recolhidos acompanhamos as recomendações da 4ª. Comissão a este Plenário, destacando a necessidade urgente do Executivo dar exequibilidade às mesmas a bem da saúde de todos.-----

----- Da parte do CDS ficaremos atentos ao desenrolar deste processo junto da Câmara Municipal de Lisboa para que possamos resolver com a maior brevidade possível esta situação. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais.-----

----- Em primeiro lugar e em nome do PCP gostaríamos de saudar os moradores e a Comissão da Remoção do Amianto em Benfica, de facto as Petições constituem realmente uma forma de cidadania ativa, pensámos que é de toda a conveniência de continuar porque são uma forma realmente de nós percebermos quais os problemas que a cidade tem e podermos dar algum contributo.-----

----- Em relação a esta Petição em concreto, em sede da 4ª. Comissão, na Comissão de Ambiente o PCP aprovou o Parecer, votou favoravelmente o Parecer e revemo-nos totalmente, também votámos a favor, das Recomendações que se vêm fazer à Câmara.

----- Portanto, isto de qualquer forma queria só dizer duas ou três questões, que portanto são conhecidos os perigos de facto do amianto, aliás a utilização do amianto até é proibida em Portugal pelo menos desde 2005 e de facto não se percebe como é que em 2016 ainda continuamos e depararmo-nos com problemas deste género.-----

----- Sabemos também que o maior perigo advém e vem sobretudo do facto quando as partículas de amianto são libertadas para o ar, o que aparentemente parece ser o caso deste barracão que está em causa, pelo menos pelas fotografias que nos foram dadas a conhecer pela Comissão de Moradores.-----

----- Portanto, neste sentido nós realmente gostaríamos por um lado, como eu digo, votámos favoravelmente e revemo-nos nas Comissões, portanto, vamos de facto, achamos que a Câmara deve realmente com todo o empenho deve de facto intimar mais uma vez o BCP, a proprietária portanto do edifício para a remoção deste problema, de qualquer forma eu só gostaria de deixar um lamento, que de facto depois destes anos todos é lamentável que nem a entidade que é privada e sobre a qual nós não temos realmente a esse nível hipótese de grande intervenção, mas como é que é possível que a Câmara Municipal de Lisboa também ainda não tenha conseguido resolver este grave problema de saúde pública, isto de facto do nosso ponto de vista é lamentável. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Em primeiro lugar como todos os que me antecederam eu saúdo os peticionários pela sua coragem e pela afirmação permanente da defesa do interesse comum, não só deles em concreto mas daqueles que habitam na zona onde estes barracões se situam.--

----- Eu não pertenço à 4ª. Comissão, de maneira que de alguma forma tive conhecimento desta situação nesta própria reunião, mas espantei-me sinceramente quando em 2014, 11 de agosto de 2014, pelos vistos de acordo com o texto da Petição a

DRAFT

Câmara Municipal de Lisboa intimou o BCP no sentido de desmantelamento da substituição daquelas coberturas, presumo que intimou na base de obras coercivas, ou se noutra base qualquer, se foi na base de obras coercivas naturalmente não havendo cumprimento por parte do proprietário a Câmara assumiria a posse administrativa do edifício, seria ela que faria as obras necessárias e depois cobrava à entidade proprietária do dito cujo barracão. Se foi isso acho que está muito mal e é muito tempo para que a Câmara não tenha tomado uma atitude.-----

----- Em segundo lugar também me parece que para além do efeito direto e concreto que este material de amianto produz e objetivamente produz na saúde pública, há um efeito que é permanente, que é o efeito psicológico. O efeito psicológico que é permanente e mesmo que digam “ah, este não contamina, isto não tem hipótese de contaminar porque isto tem uma película, uma constituição qualquer que evita que essa contaminação seja feita, mesmo isso, mesmo se o disser o efeito psicológico está lá sempre! Portanto, aquilo tem que ser mesmo derrubado, aquilo tem que ser mesmo substituído para o sossego da população e dos habitantes que moram na zona. -----

----- Mais importante, a Recomendação penso que diz que se deve analisar o verdadeiro efeito que aquela substância tem, a Câmara já o fez, porque a Câmara já segundo a Petição já determinou a substituição e deu um prazo de 45 dias para que isso fosse feito e se eu fixei a data é 11/8/2014, já lá vai bastante tempo e pelos vistos os 45 dias já foram repetidos para aí vinte vezes e nada foi feito, portanto, a Câmara tem que insistir e é isso e é a Recomendação que eu penso que tem que acentuar basicamente isso, para que o BCP, que até é uma entidade que a gente sabe que tem grandes dificuldades financeiras mas paciência, que o BCP remova imediatamente aquelas estruturas para bem da saúde pública e da população. -----

----- Muito obrigado e mais uma vez parabéns pela vossa intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputadas e Deputados. Muito boa-tarde a todos.---

----- Queria dizer aos peticionários que os acompanhamos na vossa preocupação, este é um problema que se vive em alguns outros pontos da cidade, a minha Freguesia também tem lá algumas situações desta natureza, lamentavelmente, uma delas de resto já deu entrada também sobre ele uma petição aqui nesta Assembleia, que irá ser apreciada suponho eu em devido tempo, mas que de facto mostra que é preciso fazer alguma coisa para acabar, como dizia também aqui o Senhor Deputado que me precedeu, para além das componentes dos problemas reais que possam existir com o amianto há também a questão psicológica que se coloca. -----

----- Nós na nossa Freguesia tínhamos pelo menos identificadas duas situações, uma delas a própria Freguesia/Junta já resolveu, a outra que é essa que está também de agora também uma petição que tem estado a circular e creio que já deu aqui entrada não se conseguiu resolver porque está envolvida uma entidade privada também e quando se envolvem privados, como é o caso desta instituição que estamos agora aqui a debater tudo se complica muito mais. -----

----- A Câmara tem feito alguma coisa, é necessário que continue a fazer ainda muito mais nesta e em todas as outras situações que se verificam e que venham ainda a ser identificadas e nesse sentido nós obviamente vamos acompanhar as preocupações também constantes do parecer da 4ª. Comissão e iremos votar favoravelmente essas recomendações que são mais um incentivo, mais um estímulo à Câmara para que faça efetivamente mais alguma coisa para se combater esse problema que tem de facto além,

da componente real, do perigo real que encerra, também a componente psicológica que o acompanha. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa e Público em geral.-----

----- O PAN também se congratula com o aparecimento desta petição porque quanto mais não seja torna evidente que se não for a população a denunciar estas situações os levantamentos que já foram recomendados que fossem feitos nunca chegarão a grandes conclusões e estas situações continuam a aparecer como cogumelos, um bocadinho por toda a cidade, o que é realmente lamentável. -----

----- Nós também fizemos aprovar nesta Assembleia uma Moção relativamente ao amianto onde se especificavam os cuidados a ter relativamente à remoção deste material que não é um material que possa ser removido de qualquer forma, é um material que se for removido com outros materiais tem graves perigos para os trabalhadores e, portanto, pode tornar uma situação de má em péssima e, portanto, nós chamamos a atenção para o cuidado que tem que ser tido quando se decide a remoção deste material.-----

----- Acompanhamos obviamente as recomendações da 4ª. Comissão, que já votámos favoravelmente em Comissão e que votamos de novo aqui, portanto, mais uma vez obrigado aos peticionários e congratulo-me por que a Câmara Municipal tenha desencadeado um processo e esperemos que chegue brevemente a bom termo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, a Mesa não tem mais inscrições e pergunta ao Senhor Vice-Presidente se quer usar da palavra sobre esta Petição? A Câmara não vai usar da palavra sobre esta Petição. -----

----- Neste caso então vamos passar à apreciação da Recomendação 1/99 que também foi enviada aos Peticionários e já foi aqui várias vezes referida.-----

----- **Recomendação n.º. 1/99 resultante do Parecer da 4ª. Comissão Permanente sobre a Petição n.º. 1/2016;**-----

----- (A recomendação n.º. 1/99 fica anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à vossa consideração e votação a Recomendação 1/99. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação 1/99 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Agora a Mesa tratará de a fazer chegar à Câmara e de a fazer cumprir. Muito obrigada.-----

----- Vamos prosseguir, Senhores Deputados, entramos agora sim na parte propriamente da **Ordem de Trabalhos de hoje, que são as Declarações Políticas**, temos cinco inscrições até agora e vamos então prosseguir.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Executivo Camarário, Caro Público presente e Trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- Março é por excelência um mês particularmente importante e simbólico para os jovens, assinalam-se o Dia nacional do Estudante, a 24 de março, e o Dia Nacional da Juventude, a 28 de março, duas datas importantíssimas e expressivas da luta da juventude no nosso País que mostram exatamente a urgência de continuarmos a prosseguir a luta por uma vida melhor e hoje mais do que nunca são muitos os motivos

para o fazer, é verdade que deixámos de assistir aos convites diários para que os jovens emigrassem mas continuamos ainda hoje a viver num país precário onde Lisboa infelizmente não é exceção e onde o Município promove relações incertas de trabalho, exemplo é a transição de trabalhadores... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedimos silêncio aos Senhores Deputados, desculpe Senhor Deputado, mas está aqui um bocadinho de bruaá e a Mesa também estava aqui em conciliado, portanto, queríamos pedir silêncio a todos os Senhores Deputados. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “Pronto, e hoje mais do que nunca são mais os motivos para o fazer.-----

----- É verdade que deixámos de assistir aos convites diários para que os jovens emigrassem, mas continuamos ainda hoje a viver num país precário onde Lisboa infelizmente não é exceção e onde o Município promove relações incertas de trabalho, exemplo é a transição de trabalhadores, muitos deles jovens que transitaram para as Freguesias com falsos recibos verdes e não somos apenas nós que o afirmamos, são conclusões muito claras do 5º. Relatório de Monitorização Administrativa que nos mostram isso mesmo, todos sabemos que são ainda muitos os trabalhadores que vivem diariamente com esta dura realidade, as situações de precaridade são ainda agravadas naturalmente pela falta de apoios e incentivos à habitação jovem. -----

----- É hoje unanime que a habitação para jovens é uma das maiores necessidades e entraves a que os jovens possam concretizar a construção dos seus projetos de vida, planeando e construindo a sua vida em Lisboa, Lisboa é cada vez mais uma cidade apenas para alguns. -----

----- Por último mas não menos importante, em consequência do Conselho Municipal de Juventude que por incapacidade da Câmara Municipal de Lisboa não tem visto traduzidos em projetos e ações os sucessivos contributos para as políticas municipais na área da juventude, originando uma fraca afluência das associações juvenis, recorde que no último Concelho Consultivo, no último Conselho Municipal para a Juventude apenas estiveram representadas 5 entidades, originando uma fraca afluência das Associações Juvenis, que traduz bem a descrença na capacidade do Município em fazer acontecer.--

----- A questão ainda mais grave quando constatamos que o próprio Município não promove a participação dos jovens, circunscrevendo-a ao Orçamento Participativo de Lisboa que como sabemos limita a participação a maiores de 18 anos e ou a meia dúzia de escolas envolvidas no Orçamento Participativo Escolar. -----

----- Há que criar condições para que os jovens estudem, trabalhem, vivam, sejam felizes e se fixem na cidade, Lisboa precisa de saber ouvir e construir o seu futuro e só os jovens como agentes de mudança e agitadores de consciências serão capazes de ajudar a definir o caminho para a definição das políticas autárquicas para a juventude. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, lembro o modelo de debate das Declarações Políticas, eu vou passar a lembrar o que está no Regimento, cada intervenção inicial é seguido por um período de perguntas ou intervenções sobre o que foi apresentado quer por parte de outros Deputados Municipais quer por parte da Câmara, a intervenção final é feita imediatamente a seguir às perguntas ou intervenções que tiverem tido lugar, portanto, neste momento há um período de perguntas e temos um Senhor Deputado inscrito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Deputado, a sua intervenção se bem a compreendi assenta em dois pressupostos base, um é enunciar o mês de março como um mês fecundo em iniciativas dirigidas à juventude, outro é identificar a Câmara Municipal de Lisboa ou o Município de Lisboa como um poder público que fomenta a precaridade e que não resolve portanto uma grave questão para os jovens que é a Política de Emprego Jovem. -----

----- Ora bem, é precisamente sobre este último pressuposto que eu gostaria de questionar, primeiro se reconhece que entre 2009 e 2011 a Câmara Municipal de Lisboa promoveu um amplo e participado processo de regularização de vínculos laborais, tendo sido nesse aspeto entidade única no país, com os resultados que conseguiu, eu diria que foram centenas, salvo erro mais de 600 vínculos regularizados. -----

----- Em segundo lugar se reconhece também que a Câmara Municipal de Lisboa tem promovido ativamente programas, estágios extra curriculares, precisamente para capacitar pessoas para terem uma melhor entrada no mercado de trabalho e depois também enquanto gestor público se reconhece ou não que a Câmara Municipal de Lisboa como as Juntas de Freguesia enfrentam graves constrangimentos legais ao recrutamento de pessoas para constituir vínculos de emprego público, nomeadamente jovens e, portanto, se considerando estas afirmações se não considera também oportuno rever um pouco essa moção e eventualmente acrescentar-lhe um ponto dirigido à Assembleia da República, enquanto órgão legislador sobre esta matéria no sentido de fomentar não só mecanismos de regularização de situações precárias, que existem, eventualmente na Câmara e também nas Juntas de Freguesia, mas simultaneamente desbloquear os constrangimentos legais que impedem o fomento de procedimentos de recrutamento de pessoas para os quadros da Administração Pública.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não sei se há mais intervenções? Há um pedido da Câmara, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte informação: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Na mesma linha da intervenção que me antecedeu também gostaria de no fundo indo ao encontro da intervenção do Senhor Presidente Fábio Sousa, referir que a Câmara Municipal, se o Senhor Deputado tem conhecimento, de que a Câmara Municipal está a procurar regularizar as situações de precaridade através de concursos públicos, que infelizmente demoram mais tempo do que nós esperávamos e que inclusivamente nesses concursos públicos temos reservas de recrutamento que nos permitem não só regularizar as situações que nós conhecemos e que estão perfeitamente identificadas e estão a ser acompanhadas pelos Sindicatos, como inclusivamente suprir outras necessidades que nós tínhamos nas áreas operacionais, está a existir um esforço grande de manter a coerência que a Câmara sempre assumiu nesta matéria. -----

----- Houve um período em que a Câmara sentiu necessidade de recorrer e teve necessidades concretas, teve necessidade de recorrer a contratos de trabalho, foi algo que foi assumido desde o início, que nós entendemos que é algo absolutamente temporário mas que queremos absolutamente regularizar e entendemos que esta deve de ser a prática, por vezes há necessidade de recorrer a contratos de trabalho, nomeadamente contratos de trabalho precários, mas depois é fundamental as instituições públicas regularizarem esses contratos. -----

----- Por vezes não é compatível ter a necessidade do trabalho, esperar pelo fim de um procedimento contratual para poder que o trabalhador entre com todas as, no fundo as condições que deveria entrar à partida.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Agora sim, o Senhor Deputado Fábio Sousa para responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado. De facto os três pressupostos que aqui referenciávamos era de facto valorizar o mês de março como um mês da juventude e chamar a atenção da Câmara Municipal para três problemas que afetam significativamente a juventude: a precariedade, a habitação e o envolvimento e a participação dos jovens.-----

----- Era esse o nosso objetivo e penso que está parcialmente atingido.-----

----- Relativamente a 2009/2011 nós sabemos que sim, reconhecemos inclusive que há esse esforço e que deve continuar a existir, sabemos também que tem muito e está muito relacionado, intimamente relacionado com a luta destes trabalhadores também que estavam em situações complicadas e vemos com bons olhos que a Câmara Municipal esteja a desenvolver trabalho neste sentido e, portanto, deixar também uma questão que é: foram empurrados muitos desses trabalhadores para as Juntas de Freguesia, claramente empurrados, não é? Obrigados a transitarem para as Juntas de Freguesia e, portanto, nesse sentido aquilo que acontece é que é preciso monitorizar também aquilo que é o trabalho das Juntas de Freguesia nesta área, ok? Portanto, queremos muito que a Câmara Municipal também tenha um papel no que diz respeito a esta situação!-----

----- Pronto, no fundo é isto e obrigado e estamos completamente de acordo com a inclusão do ponto para pressionamos ainda mais a Assembleia da República, enquanto órgão legislativo, para ser muito mais claro, há aí umas janelas de oportunidade, mas tem que ser muito mais claro e muito mais explícito naquilo que são as posições e naquilo que é a posição concreta de contratação de trabalhadores. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Só queria pedir a redação sobre esta alteração. Senhores Deputados, desculpem lá, solicito a vossa atenção Senhor Deputado João Pinheiro e Senhor Deputado Fábio Sousa, o Senhor fez uma proposta e o Senhor Deputado Fábio Sousa concordou, agora têm que escrever se fazem o favor de a entregar à Mesa. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Cara Presidente da Assembleia, Caro Vice-Presidente Duarte Cordeiro, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público presente.-----

----- Começo a Declaração Política do Partido Socialista dizendo que hoje mais do que nunca Lisboa é uma cidade que abraçou verdadeiramente a sua vocação de ser uma cidade do conhecimento e uma cidade do conhecimento é naturalmente uma cidade que valoriza os estudantes e por isso no mês dos estudantes, à semelhança do Partido Comunista, falemos de uma cidade que valoriza os estudantes durante todo ano e não apenas no mês de março, os de cá e os de fora, que valoriza a sua capacidade empreendedora, que investe na sua capacidade criativa, afirma o seu papel de vanguarda na atividade económica e desenvolvimento da cidade.-----

----- Reconhecer o papel nos últimos anos que se tem realizado em prole de uma cidade do conhecimento e inovação é naturalmente reconhecer também que os jovens, os

DRAFT

estudantes, os investigadores têm também alcançado e feito pela cidade, mas conhecemos e reconhecemos também os seus desafios, que nos últimos anos houver menos ingressos no ensino superior, o desinvestimento no ensino e a crise económica remeteram milhares para o desemprego, para a precariedade ou para a emigração forçada. -----

----- Também por isso a Moção apresentada pelo PCP sobre a juventude merece o nosso voto favorável, mas não posso aqui também deixar de reconhecer que ainda ontem foi aprovado o congelamento do valor máximo da propina e, portanto, estamos a ter no plano nacional importantes passos para combater estes problemas.-----

----- Mas saibamos reconhecer com realismo e partilhamos o sentido de urgência do que são os desafios que enfrentamos enquanto país e de toda uma geração, mas foquemo-nos e concentremo-nos nas respostas municipais que contribuem para solucionar os desafios coletivos que enfrentamos. -----

----- Nestas assembleias ouvimos muito falar de investimento, de alienação e houve certamente investimento material nos jovens, nos estudantes, no conhecimento mas é no investimento potencial e não da sua alienação da concretização de oportunidades no investimento em espaços de experimentação, de sinergias, de criatividade e de imaginação que hoje queremos realçar.-----

----- Senhores Deputados, uma parte significativa do potencial empreendedor e criativo da cidade, está nos jovens da cidade e eles têm que estar no centro da política da cidade e por isso plagiando uma ideia que é da Câmara, o mapa do conhecimento e inovação que para quem não conhece é uma plataforma digital permite conhecer e explorar o ecossistema universitário da investigação, da inovação da cidade de Lisboa, quero também hoje fazer um mapa do conhecimento da sua complexa geografia de espaço e inovação, de economia, de empreendedorismo, internacionalização, sem tirar do mapa e do horizonte a cultura e património cultural da cidade. -----

----- No mês passado a Câmara realizou a receção a milhares de estudantes internacionais de todos os pontos do mundo que chegam à nossa cidade e que se juntam aos milhares e que fazem de Lisboa o maior polo de estudantes, de investigadores, de polos de investigação, universidades e politécnicos do País. -----

----- São mais de dez mil estudantes estrangeiros em Erasmus e outros programas de mobilidade de estudo na região de Lisboa e ainda que apenas por curtos períodos de tempo fazem parte da nossa comunidade de estudantes que queremos também aqui reconhecer. -----

----- A Plataforma *Study in Lisbon*, que tem por parceiros universidades, centros de investigação e outras entidades, consolidou, aprofundou e consagrou os esforços da Câmara de prosseguir com o desígnio da cidade Lisboa/Erasmus, que queremos aqui também lembrar no mês do estudantes e o contínuo aumento de estudantes internacionais na nossa cidade é também revelador da imagem além-fronteiras de Lisboa, uma cidade mais projetada no mundo, na Europa e verdadeiramente multicultural.-----

----- No mapa do conhecimento e inovação de que falei também as Startup, incubadoras de empresas, têm um lugar de enorme contributo e de destaque para o desenvolvimento da atividade económica e de inovação da cidade e é um mapa que se espalha verdadeiramente por toda a cidade de Lisboa, na Baixa e no Chiado a Startup de Lisboa, na Mouraria o centro de inovação para todo o tipo de indústrias criativas, o *Empire Lab* em Marvila e no Beato, muito em breve, este ano o Lis-Pólis entre outros tantos projetos da cidade, com tantos parceiros e entidades. -----

----- O papel da Autarquia tem sido valorizar o contributo do empreendedorismo e dar oportunidades a jovens empreendedores, o exemplo mais conhecido é a *Uniplaces*,

fundada na Startup há 4 anos emprega hoje mais de 140 pessoas, que é um facto também a assinalar.-----

----- Mas Senhores Deputados, a visão para um mapa do conhecimento não é unidimensional, não formaremos certamente toda uma dimensão de empreendedores, muito menos na área da tecnologia, embora tenhamos que apostar clara e inequivocamente e sem preconceitos nestes setores em expansão, mas por isso mesmo também não ficaram esquecidas outras áreas, indústrias criativas ou mesmo empreendedorismo social.-----

----- O desafio, como já o tem dito o Presidente da Câmara é manter uma cultura de inovação, compreender a importância da transformação da tecnologia, a par do desenvolvimento e alargamento das políticas sociais da cidade, que são notórias e inegáveis, dando apenas o exemplo daquilo que tem sido o alargamento no âmbito da igualdade, do acolhimento dos nossos imigrantes, dos refugiados e fazer aqui uma referência também no alargamento da participação dos jovens através do dinamismo do Conselho Municipal de Juventude, que tem uma reunião amanhã de dinamização do Fórum Municipal de Juventude, portanto, não reconheço a crítica do Senhor Presidente de Carnide.-----

----- As problemáticas da sustentabilidade económica, o agravamento do custo de vida para as famílias e a devolução dos rendimentos deste orçamento começa a mitigar, criou também à cidade novos desafios de competitividade, de desenvolvimento a que a Câmara tem sabido responder. Como dizia não pode existir uma visão unidimensional, pelo contrário, é preciso diversificar, o que temos feito, sectores e centros de atividade económica, adaptando-nos a novos desafios, reconhecendo o papel do turismo e da cultura como artérias centrais dessa diversidade, não deixando para trás os espaços tradicionais de atividade económica como são os mercados da cidade ou os tipos de comércio tradicional.-----

----- O turismo que tem sido uma das atividades económicas mais positivas para o desenvolvimento da cidade e para a criação de postos de trabalho, em postos de trabalho diretos ou indiretos, estamos a falar de 53 mil postos de trabalho, tem sido como dizia uma das atividades económicas mais positivas.-----

----- Aproveito assim também para comentar a Moção do Bloco de Esquerda a propósito de uma Cidade Inclusiva e contra a gentrificação da qual aprovaremos a generalidade dos pontos deliberativos mas não nos reconhecemos nos seus considerandos e o partido Socialista apresentará uma Declaração de Voto mais detalhada sobre esta matéria.-----

----- Senhores Deputados, dizer também que da Lisboa dos Bairros Históricos à Lisboa de Garrett, Eça ou Pessoa, com epicentro no Chiado, ressalta a noção de que temos de saber defender e preservar o segredo e a chave do nosso brio turístico, a nossa autenticidade enquanto território único e original, mas devemos preservar a autenticidade escondendo-a, temos justamente que assumir que Lisboa está e veio para ficar no centro das tendências turísticas em crescimento, justamente pela sua capacidade de diferenciação.-----

----- Somos a Lisboa Romana, a Lisboa Moura, a Lisboa da Mouraria, a Lisboa Medieval dos circuitos das Cercas e do Castelo de São Jorge, a Lisboa que devolveu ao espaço público a Ribeira das Naus, somos também a Lisboa empreendedora e vibrante do turismo; a Lisboa que acolhe eventos como o *Web Summit*, a Lisboa cujo fado é Património Cultural da Humanidade, somos a Cidade da Marcha LJB, dos protestos e das manifestações no mês do estudante, somos a Lisboa da vida noturna do Bairro Alto e do Cais do Sodré, mas também a Lisboa que defende os moradores dos centros históricos da cidade.-----

----- Ninguém pode deixar de ter em conta a importância do turismo na criação de emprego e na reabilitação do edificado urbano ao logo da última década, o Programa Reabilite Primeiro e Pague Depois é um dos melhores exemplos do sucesso dessa reabilitação e da capacidade que a cidade através destes programas tem conseguido reabilitar os centros históricos da cidade.-----

----- Todos os esforços que o Município pode empreender neste sentido são positivos e nunca são demais, assim como é importante refletir também sobre a sustentabilidade da cidade face ao crescimento turístico mas sem medos e sem preconceitos. -----

----- Sabendo inteligentemente que também o turismo pode suscitar problemas...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada terminou o seu tempo, peço-lhe que conclua.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Vou concluir. -----

----- Compreendendo também que o turismo pode suscitar problemas a impactos negativos reconhecemos que a dinâmica de crescimento do turismo está mais acelerada do que a sua necessária regulação e como mesmo no final do meu tempo e terei que acelerar, falar aqui também dos esforços que já foram feitos na regulação, nomeadamente através do programa Lojas com História e da Moção aprovada pela Câmara, apresentada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro para regular a alteração no regime de arrendamento urbano, protegendo as Lojas com História e estes espaços tradicionais. -----

----- Senhores Deputados, vou terminar uma vez que não tenho mais tempo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- O Senhor Deputado do PSD cede tempo mas o PSD está inscrito para falar, mas se pode ceder tempo muito bem, então pode terminar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** no uso da palavra fez a concluiu a sua intervenção: -----

----- “ Eu vou agradecer ao Partido Social Democrata, só para poder concluir, como dizia o Programa Lojas com História é justamente um exemplo, senão o melhor das políticas ativas para salvaguardar o património comercial da cidade e estamos também a tentar inscrevê-las a nível da defesa, de as associar a património cultural protegido. ----

----- Para terminar queria fazer também uma referência à Recomendação do PEV sobre o orçamento participativo, o Partido Socialista votará a favor, mas referindo também que muitas das recomendações do PEV são políticas que a Câmara hoje já tem desenvolvido e, portanto, mada mais a dizer sobre isso. -----

----- Portanto, termino a Declaração Política dizendo que muito em breve teremos a oportunidade de ter um debate sobre a economia da cidade, segundo me dizem, portanto, poderemos aprofundar todas estas questões, mas gostava só de terminar com uma nota também de que eu espero que esse debate seja marcado por contributos, mas sem regresso a paradigmas do passado, antes uma cidade do futuro de novos desafios, que preserva a história, mas também abre portas aos 93% de turistas que cá estiveram e que disseram que queriam regressar. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

DRAFT

----- A Mesa tem que exprimir aqui alguma dúvida regimental porque creio que nesta figura de debate não há cedências de tempo. Houve aqui um minuto cedido pelo PSD, 1 minuto e 10 segundos, mas não o iremos voltar a fazer porque de facto há tempos cedidos, o PS tem muito tempo para fazer perguntas e poderia sempre concluir a declaração política numa fase mais adiantada dos trabalhos, mas agora está feito, vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde a todos e a todas, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e Deputadas aqui presentes. ----

----- Ao longo dos últimos anos tem vindo a ser notória a procura turística em Lisboa e consideramos que esse é um contributo positivo para a economia da cidade, no entanto esta procura tem aumentado a pressão sobre a cidade, seja ao nível das infraestruturas e equipamentos, seja ao nível do imobiliário, levando a uma degradação da qualidade de vida dos habitantes de Lisboa. -----

----- Também os transportes públicos têm sentido essa sobrecarga, destacando-se em particular o caso do elétrico 28, tão fundamental para um conjunto vasto de pessoas que dele necessitam, muitas delas inclusivamente pessoas idosas e que neste momento veem dificultado o seu acesso a esse transporte, que se transformou basicamente num veículo turístico, como facilmente se pode ver no Martin Moniz, se alguém tentar apanhar lá o 28. -----

----- A cidade foi alvo deste aumento de procura turística, não apenas pelas suas condições naturais mas também pelas suas características enquanto comunidade, pelas suas pessoas, pela sua vida única nos seus bairros. Esta vida característica de Lisboa encontra-se ameaçada pela especulação imobiliária, pela expulsão dos seus residentes em favor da hotelaria, do alojamento local ou da habitação para não residentes, têm sucedido os licenciamentos de infraestruturas hoteleiras, hotéis de charme e afins, constituindo-se o centro da cidade cada vez mais como uma cidade montra, ela está lá para ser vista mas não mora lá quase ninguém.-----

----- A política de gestão do património imobiliário municipal não tem tido em conta esta realidade verificando-se alienações casuísticas sem ter em conta a utilização futura dos imóveis e a situação económica e social dos bairros e comunidades onde estes se situam, a política de habitação do Município de Lisboa tem-se também revelado incapaz de responder a muitas das necessidades da população, facto notório recorrentemente no início destas sessões da Assembleia Municipal, onde todas as semanas se sucedem apelos de pessoas que precisam de casa, como hoje ainda mais uma vez pudemos presenciar.-----

----- Esta realidade é agravada ainda mais com a execução das sucessivas medidas contidas no novo regime de habitação, no novo regime de arrendamento urbano que tem conduzido a despejos e ao êxodo habitacional da zona central de Lisboa. -----

----- Igualmente o comércio de rua tem sofrido com esta realidade, com o aumento de custos de funcionamento ditado pela pressão imobiliária, quando não mesmo face a despejos perdendo Lisboa muitos dos seus estabelecimentos icónicos, nos últimos tempos aliás foram muitos os estabelecimentos que desapareceram. -----

----- O Restaurante Palmeira, na Baixa, fechou no final do ano passado para que ali nasça um hotel; a Loja da Fábrica de Sant’Ana está em processo de despejo para dar lugar precisamente a um hotel.-----

----- No Cais do Sodré o Tóquio e o Jamaica e o Europa, que fazem parte da noite histórica lisboeta vão fechar para dar lugar também a um hotel. -----

---- Neste preciso momento a Câmara está a analisar a demolição quase total da Vila Martel, na zona do Príncipe Real, onde trabalharam alguns dos maiores nomes da pintura portuguesa para dar lugar adivinhe-se, a um hotel com 14 pisos, 8 dos quais ficarão subterrados. -----

---- De hotel em hotel a cidade esvazia-se das pessoas que a fazem Lisboa e transforma-se na tal cidade montra, este processo de gentrificação galopante das zonas históricas é um caminho que se prevê que não vá acabar bem!-----

---- Lisboa faz-se das suas colinas, do seu edificado, dos seus bairros, dos seus elétricos e elevadores, até se faz da luz de Lisboa, mas faz-se acima de tudo das suas pessoas! Uma cidade que não respeita nem inclui os seus habitantes está condenada a deixar de ser aquilo que é!-----

---- Diz o ditado popular que “não se pode ter sol na eira e chuva no nabal” e nós concordamos com isso e cremos também que não é possível ser apenas sol para os turistas e chuva para os residentes de Lisboa, é portanto fundamental desenvolver as ações necessárias para garantir uma coabitação saudável entre o turismo e os hotéis, a habitação, o comércio local, os transportes e os residentes de Lisboa, não é uma tarefa fácil, temos a certeza que não, é impossível termos também a certeza que não é impossível, haja vontade e será possível reverter este caminho, por isso remendamos nesta proposta de Recomendação que hoje apresentamos à Câmara que seja elaborado um documento contendo os pedidos de licenciamento e comunicação prévia de imóveis destinados a hotéis e alojamento local nos últimos três anos, por Freguesia, fazendo constar a área de utilização dos mesmos.-----

---- Recomendamos também que se proceda à avaliação da necessidade de adequação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território vigentes no Município de Lisboa à nova realidade ditada pelo aumento da procura turística. -----

---- Recomendamos também que se encetem contactos com o Governo no sentido de revogar o novo regime de arrendamento urbano substituindo-o por legislação que proteja os inquilinos e impeça os processos de gentrificação, como aqueles a que estamos a assistir em Lisboa. -----

---- À Recomendação apresentada acrescentamos duas propostas de alteração, uma delas no ponto 6 do articulado, onde se passará a ler “ O Município de Lisboa não tem alocadas verbas suficientes para responder às necessidades de habitação social, facto notório para quem assista às sessões da Assembleia Municipal” e na parte deliberativa acrescentamos um ponto 4 referindo o seguinte “A revisão do Regime de Arrendamento Urbano deve salvaguardar e proteger com especial atenção os imóveis declarados de interesse municipal”. -----

---- Obrigada.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Esse ponto 4 é novo, não é verdade Senhora Deputada? Esse ponto 4 é novo e teremos que o fazer chegar à Mesa. Muito bem. -----

---- Há uma pergunta da bancada do PS, microfone ao senhor Deputado José Leitão.”-

---- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte questão:-----

---- “A Senhora Deputada na sua intervenção fez considerações várias, com algumas das quais concordamos até, mas sobretudo gostava de lhe perguntar o seguinte, se não reconhece o grande esforço que está a ser feito pela Câmara em termos da habitação, nomeadamente eu recordava por exemplo a qualificação e a construção de novas habitações no Bairro do Padre Cruz, no Bairro da Boavista e o investindo sem precedentes na requalificação do património municipal e que efetivamente nós sabemos

que o estado em que estava uma parte degradada desse património e há um investimento sem precedentes que eu julgo que também seria justo nesta avaliação ter em conta e, portanto, se a Senhora Deputada ignora esses esforços que estão a ser feitos? -----

----- Eu apenas cito estes mas podiam ser citados outros programas, mas porque penso que devem ser considerados nesta matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Senhora Deputada eu ouvi com atenção a sua intervenção e a referência nomeadamente ao problema do turismo e à atividade e ao valor que representa a atividade turística para uma cidade e para um país, é de facto um fator importantíssimo para o desenvolvimento de qualquer cidade, região ou país e tem muito a ver com aquilo que é o valor dessa região, dessa cidade ou desse país em termos de atração e de facto Lisboa é uma cidade atrativa e a população de Lisboa é uma população que sabe receber os turistas, tem todas as condições para que os turistas se sintam felizes em Lisboa. ----

----- Mas a Senhora Deputada relacionou de alguma forma o incremento do desenvolvimento turístico da cidade de Lisboa apenas a estes fatores e eu quero chamar a atenção que naturalmente esses fatores são importantíssimos para o desenvolvimento turístico de Lisboa e do próprio país mas há outros que são isógonos que também são importantes e infelizmente decorrem de algum mal em termos internacionais que atualmente estamos a passar e esse mal de facto é grave porque as pessoas não vão para a Turquia, as pessoas não vão para Bali, as pessoas não vão para a Tunísia, quando digo as pessoas digo os europeus nomeadamente, fogem desses destinos, quer os franceses, quer os belgas, quer os alemães. -----

----- Recordo-lhe que por exemplo a Turquia era o principal destino dos alemães em termos de férias de turismo e naturalmente atualmente se calhar já não é o principal E Portugal oferece uma alternativa fantástica para este temor que invadiu a Europa e que invadiu o Mundo. -----

----- Eu faço votos e todos nós fazemos, independentemente do interesse turístico da cidade de Lisboa, que este mal-estar em termos mundiais desapareça e que se chegue a uma conclusão, deixe de haver assassinatos, deixe de haver homens bombistas, deixe de haver metralhadoras a dispararem nas paraís para que o Mundo seja mais calmo e sossegado e se retome tudo ao passado e é por isso que é preciso ter alguma cautela porque o turismo é uma atividade muito importante mas também é muito sensível, é preciso ter alguma cautela em relação àquilo que são o desenvolvimento turístico, isto é como ter um único cliente, qualquer empresa que tenha um único cliente está sempre condicionada a esse cliente e esse cliente pode em qualquer circunstância falir, morrer, deixar de procurar os produtos que essa empresa ou industria lhe destina e a empresa fica vazia! -----

----- Eu acho que devemos ter cautela, devemos ter muita cautela em relação àquilo que é a evolução e ao exagero que se pode ousar, não só em termos de perturbação social, em perturbação do sossego das pessoas e do bem-estar, da desertificação de algumas zonas, não só em relação a esses aspetos que referiu, mas em relação à própria atividade económica em si que de um momento para o outro pode ter graves problemas eventualmente alguma circunstância negativa ocorra em Portugal, basta uma, ou de facto aquilo que nós esperamos é que a nível mundial a paz volte a acontecer. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Julgo que não há mais, mas a Câmara quer usar da palavra? A palavra à Senhora Vereadora Paula Marques.-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente. Muito rapidamente boa-tarde a todos e a todas. ----

----- Muito rapidamente queria tecer algumas considerações em relação às várias intervenções que foram feitas em particular pelo Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Carnide Fábio Sousa e pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, dizer-lhe que independentemente das necessidades de habitação e que são de facto muitas na cidade de Lisboa, elas são diversificadas e conforme nós temos vindo a discutir em vários momentos na Assembleia Municipal são diversificadas e a prova da diversidade é este desafio, é uma chamada de atenção que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide fez em relação à habitação jovem.-----

----- Eu gostava de lhe lembrar que embora algumas forças políticas ponham em causa a bondade do Programa da Renda Convencionada, que a renda condicionada tem pugnado por fazer a reabilitação de edifícios no centro histórico da cidade, nas freguesias as quais são neste momento mais alvo de algum êxodo populacional, portanto, tentando fazer aqui também uma compensação, gostava de deixar alguns números para os Senhores e para as Senhoras Deputadas, nas últimas edições de Renda Convencionada têm-se concentrado exclusivamente no centro histórico da cidade, naquilo que é o coração do centro histórico da cidade e dizer também que neste programa têm sido em termos de análise, tem sido recorrente o recurso a este programa cada vez mais presente, nomeadamente de pessoas jovens que recorrem às tipologias mais baixas para poderem viver a preços acessíveis no centro histórico da cidade, mas também, a pessoas que fazem partilha de habitação das tipologias mais altas, nas zonas mais periféricas da cidade e mais junto às universidades. -----

----- Portanto, dizer que o Programa da Renda Convencionada, que é dirigido a toda a gente, tem sido procurado e cada vez mais de habitação por pessoas mais novas e que é a única forma que têm de aceder muitas vezes à habitação, quer no centro da cidade quer na partilha de habitação, em particular junto às zonas das universidades, mas já agora também dizer-lhe que em relação à habitação específica para jovens em conjunto com o Senhor Vereador João Afonso e respondendo a um desafio do Plano de Ação dos Direitos Sociais os fogos que estamos a reabilitar neste momento no Bairro 2 de Maio, na Freguesia da Ajuda, farão parte da bolsa dentro da Renda Convencionada, da bolsa específica para habitação jovem, como projeto-piloto na cidade de Lisboa, e depois de aferirmos da sua capacidade de resposta e do sucesso ou não da bolsa específica para jovens faremos o alargamento a outras zonas da cidade.-----

----- Só por último, Senhora Presidente, muito rapidamente respondendo na sequência daquilo que disse o Senhor Deputado José Leitão, independentemente das necessidades de habitação continuarem a ser muitas, eu gostava de lembrar que as operações de realojamento, nomeadamente a da Vila Dias e a da Quinta do Médico, que eu acho que ninguém ponha em causa a sua validade, foram operações de realojamento fundamentais e emblemáticas daquilo que foi o nosso esforço em prover habitação condigna as nossos concidadãos e que ninguém pôs em causa quando de facto tomamos todos a opção de priorizar por exemplo a operação de realojamento da Vila Dias em detrimento, por exemplo, das pessoas que estão em espera no ramo, porque as casas são as mesmas que são utilizadas para os vários e diversos programas de habitação na cidade de Lisboa e, portanto, chamar a atenção de que de facto a diversidade de resposta que nós temos que dar é de facto muito e o esforço que esta Câmara tem feito ao longo dos últimos anos, em particular ao longo dos últimos dois anos tem sido de facto muito, mas nós vamos ter a oportunidade de fazer essa discussão com os números em cima da mesa quando

fizemos a discussão proposta pela senhora Presidente da Assembleia em matéria de habitação. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- O Senhor Vice-Presidente também quer intervir ainda neste período de perguntas, eu lembro só que a Câmara tem apenas 10 minutos na totalidade da sessão e, portanto, têm que gerir bem o vosso tempo porque as forças políticas têm 15 minutos cada uma, a Câmara só tem 10 nos termos regimentais.-----

----- O Senhor Vice-Presidente se faz favor.-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, quero também em complemento daquilo que foi a intervenção da minha colega Vereadora Paula Marques referir e relembrar que neste debate, nós nunca podemos perder de vista que há competências que são exercidas a nível nacional e há competências que são exercidas a nível local.-----

----- A Câmara Municipal é totalmente favorável às alterações legislativas que confirmam maior proteção, nomeadamente às pessoas particulares que têm a partir de uma determinada idade, que não possam ser despejadas de forma unilateral, que tenham rendas, obviamente os aumentos das rendas sejam absolutamente definidos no tempo e também é totalmente favorável a que hajam mecanismos de proteção, estabelecimentos considerados de interesse municipal e que permitam às Câmaras Municipais definir em concreto quais é que devem ser esses estabelecimentos que não podem ser despejados unilateralmente, inclusivamente já tomámos uma deliberação de Câmara nesse sentido e acho que é muito importante e até pedagógico e acho que é o que falta aqui alguma pedagogia, perceber efetivamente de onde é que a mudança se pode exercer, porque podemos nós bradar aos céus e continuar a pedir à Câmara Municipal para fazer determinado tipo de intervenções quando não tem competências para tal não serve de nada Senhora Deputada, portanto, o que nós temos é que ser rápidos e quem concorda que deve haver mecanismos de proteção deve ser célere a apresentar propostas à alteração legislativa, que é o que nós pedimos e quanto mais rápidas estas propostas forem possíveis mais rápido a Câmara Municipal vai ter mais mecanismos para atuar em relação a esta matéria.-----

----- Isto é válido para os estabelecimentos comerciais, para os estabelecimentos que não sendo comerciais podem ser de interesse municipal, isto é válido para particulares que merecem ser protegidos e que a Câmara Municipal concorda com essa proteção porque eu acho que é muito importante que fique claro qual é o património que queremos proteger, qual é o interesse municipal que queremos proteger e quais é que são as pessoas que queremos proteger e contam com a Câmara para obviamente ser um parceiro com regras bem definidas dessa proteção, a Câmara está alinhada com essas prioridades, agora convém é fazer as alterações legislativas, é à Lei do arrendamento urbano, mas é à lei também ao regime jurídico de obras em prédios arrendados que também tem que ser alterado e essas matérias são fundamentais porque por vezes pede-se à Câmara Municipal para ter um comportamento arbitrário e é muito difícil ter esse comportamento arbitrário que também pode ser questionado porque num ato de licenciamento é preciso ter algum cuidado com as regras, devem-se cumprir as regras do PDM, devem-se cumprir as regras dos Planos de Pormenor e dos Planos de Salvaguarda, quer dizer, e a partir daí tem cuidado com comportamentos arbitrários.-----

----- Portanto, a Câmara entende que deve de haver alterações legislativas, que elas devem acontecer rapidamente e nós somos favoráveis a que haja maior proteção e que

essa proteção esteja localizada junto das entidades que merecem ser protegidas e, portanto, para nós é muito importante focalizar esse esforço de reabilitação, nós também concordamos que a atividade turística tem aspetos positivos e negativos, nós achamos que estamos longe, obviamente que estamos num processo de crescimento muito acelerado, por vezes essas mudanças obviamente originam também mudanças na cidade que por vezes algumas delas não são desejáveis, mas acreditamos verdadeiramente que estamos a tempo de direcionar este movimento para que seja uma mais-valia para a cidade com menos transtornos do que aqueles que nós temos sentido, mas para isso também é importante, volto a dizer, alguma pedagogia para que seja rápido a alterar algumas das regras que são necessárias para a Câmara ter mais forma de atuar. -----

----- Agora daí dizer muito honestamente que no caso da Moção em concreto que é apresentada até achamos que em muitas matérias até peca por defeito e que é possível incluir mais propostas que sejam alteradas a nível legislativo. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Temos mais um Senhor Deputado inscrito também no período de perguntas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Se eu soubesse que o Senhor Vice-Presidente ia falar tão bem como falou quase que era escusada esta minha pergunta, de qualquer dos modos eu gostava de dizer o seguinte, vai ser uma verdadeira pergunta. -----

----- Naturalmente também me revejo na Moção do Bloco de Esquerda e na intervenção da Deputada Cristina Dias, salvo erro, sendo certo que ela talvez pecará por omissão, por defeito. -----

----- Não considero, e sou Presidente de uma Junta de Freguesia de um território que tem um grande impacto sobre tudo aquilo que referiu, um impacto negativo também, também tem impactos positivos, mas não considero que se deva apontar o dedo ao turismo, *tout court*, o que se deve apontar o dedo à irresponsabilidade e à ganância de muitos empresários do setor que aproveitando naturalmente todas as qualidades que o nosso país tem e é escolhido e a nossa cidade é escolhida para ser visitada e portanto, para a grande irresponsabilidade de muitos empresários deste setor que querem porventura ganhar num único dia aquilo que poderão ganhar num período longo e prolongado. -----

----- O turismo é importante para a cidade, gera muito emprego concretamente no meu território e na minha Freguesia, num determinado tipo de pessoas que ou trabalha na restauração ou não trabalha em mais lado nenhum, também temos que perceber isso, mas o que me preocupa não é o turismo, o que me preocupa é o mau uso que se faz desta vontade que as pessoas têm de visitar a nossa cidade e em concreto também o território de Santa Maria Maior. -----

----- De facto a onda que há de pressão sobre o alojamento local tem que ter uma solução e eu espero que na Assembleia da República, da qual eu também faço parte, surja rapidamente uma intervenção, tem consequências muito diretas no aumento da renda das pessoas porque a pressão é muito grande, é evidente que sim, aliás o PSD prometeu no seu programa, prometeu que haveria uma transição de 15 anos para a atualização das rendas e depois não cumpriu quando esteve no Governo e pôs 5 anos e se não se alterar vamos ter uma tragédia para o ano que vem! Queria-vos dizer que vamos ter uma tragédia para o ano que vem! Vamos ter um novo tipo de sem-abrigos, vamos ter uma tragédia, mas a Senhora Deputada e aqui vem a questão da pergunta, não

é só o turismo nem é só as consequências económicas desta atividade que estão a fazer despovoar o centro da cidade e a questão que se coloca é a seguinte: está o Bloco de Esquerda de acordo ou não está de acordo que se deva limitar a possibilidade de consumo de álcool na rua a partir de determinadas horas da noite? -----

----- Bom, é que a grande preocupação dos fregueses do meu território é que não querem um segundo Bairro Alto em Santa Maria Maior, e uma das grandes preocupações que eu tenho ali é que alguns dos bairros de Santa Maria Maior estão a ser invadidos se calhar pelos nossos filhos, o meu também, que vão beber copos para ali à noite e que arrasam aqueles bairros à noite quer com todas as consequências negativas que isto tem. Por exemplo, tem aqui uma consequência, deve ou não deve o nosso comércio noturno funcionar a partir da meia-noite? -----

----- Bom, temos aqui um conjunto de situações que também levam a que muitas pessoas abandonem o território, tenho aliás Senhora Deputada, muitos casais jovens que vêm ter comigo a dizer eu se vão embora porque os filhos não conseguem descansar à noite devido à noite o barulho que há na rua, portanto, é aquilo que está a acontecer por exemplo no Bairro Alto, na zona do Cais do Sodré, também começa a acontecer em Alfama e começa a acontecer na Mouraria e as pessoas, não só os casais idosos, também são os casais mais jovens começam a repensar se vale ou não vale a pena viver no centro da cidade porque a sua qualidade de vida está a ser perturbada porque os seus filhos não conseguem descansar e, portanto, isto é um problema muito mais vasto que a pressão turística, porque a pressão turística não me incomoda, o que me incomoda é o mau uso que se dá a essa vontade de nos visitar por empresários que não têm consciência nenhuma, mas também determinado tipo de liberalização da nossa vida que leva a que as consequências e o impacto sobre o território e sobre os residentes seja terrível e seja infernal e eu espero é que nós estejamos aqui mais tarde, dentro de poucos dias porventura, todos a votar uma moção, tal como o meu Partido vai votar e bem a Moção do Bloco de Esquerda que agora é apresentada, estejamos todos aqui a votar uma moção que seja ainda mais abrangente sobre todos os problemas, estes que eu acabei aqui de referir e não só, sobre as questões do turismo que em meu entender não são essas as verdadeiras questões, é evidente que têm impactos negativos pelo mau uso que nós damos aqui a isso, poderíamos dar um bom uso, mas sobre as outras questões todas que estão aqui a jusante desta questão e que também são muito responsáveis sobre a perda da população do território e esta Freguesia que eu represento está a perder população a um ritmo muito acelerado. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Penso que terminaram as perguntas, mas antes de passar a palavra à Senhora Deputada para responder apenas uma informação uma vez que a vossa Recomendação tem um ponto em que recomenda à Câmara que faça contactos com o Governo no sentido de revogar o novo Regime de Arrendamento Urbano. Apenas dizer que amanhã em princípio deve ser votado na Assembleia da República o documento chamado GOP’s, Grandes Opções do Plano 2016/2019, que faz parte das GOP’s, o compromisso de uma revisão urgente do Regime do Arrendamento Urbano, portanto, isto é qualquer coisa que será adquirido amanhã se for aprovado, como se espera, e depois veremos se essa revisão é feita ou não é feita rapidamente, mas pelo menos fica o compromisso escrito e aprovado. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra respondeu à questão: -----

----- “Muito obrigado a todos e a todas pelas questões colocadas, tentando responder a toda a gente, e a ver se não me esqueço de nada.-----

----- Um primeiro ponto e no qual eu creio que todos estamos de acordo, nós não temos aqui nenhuma “malapata” para com o turismo na cidade de Lisboa, nós reconhecemos isso e começamos aliás por dizer isso mesmo, temos um problema isso sim com a dimensão e com o volume que o turismo começa a ter na cidade de Lisboa e que faz com que estejamos a viver este processo de descertificação que temos atualmente e que é real. Creio que não encarar isso também é um bocadinho tapar o sol com a peneira, todos sabemos que ele existe, todos sabemos que há problemas que se fazem sentir na cidade atualmente devido à dimensão do turismo e acreditamos que é possível intervir sobre isso, reconhecemos que há vontade de o fazer e achamos que é importante que isso seja feito também.-----

----- Relativamente às questões de habitação e das dificuldades de habitação na zona de Lisboa nós reconhecemos que o investimento por parte da Câmara tem sido pouco na habitação, não tem havido meios suficientes para que haja habitação para toda a gente na Câmara e aliás temos votado sempre favoravelmente todas as propostas que têm surgido nesse sentido, mas todas as semanas somos aqui confrontados com uma realidade que existe, portanto, não é uma ficção do Bloco de Esquerda, é contatar que existe dificuldade de acesso à habitação, é uma realidade com a qual nos deparamos de uma forma muito pungente todas as semanas e, portanto, consideramos que era necessário intervir nessa área e garantir que possa haver habitação em Lisboa para as pessoas de Lisboa, além, enfim, de tudo o resto que existe.-----

----- Relativamente ao Programa de Renda Convencionada também é verdade que existem milhares de candidaturas para algumas dezenas ou eventualmente centenas de casas, portanto, há uma dimensão muito grande, há muito mais pessoas a procurarem casa numa dimensão muito mais avassaladora que o número de casas que o número de casas que eventualmente existe disponível.-----

----- Relativamente às nossas propostas quanto ao arrendamento urbano, a proposta que nós fizemos creio que é uma proposta responsável, aquilo que nós dizemos e eu vou passar a ler é “que a Câmara encete os contatos com o Governo no sentido de revogar o novo Regime de Arrendamento Urbano substituindo por legislação que proteja os inquilinos e que impeça os processos de centrifugação que estamos a assistir em Lisboa”, portanto, aquilo que propomos não é que a Câmara faça algo que é do poder legislativo da Assembleia, aquilo que propomos é que sejam desenvolvidos contactos para que a Assembleia faça isso, não é? Proceda à avaliação de necessidade de novos planos Municipais e Ordenamento do Território, portanto, a parte que se faça legislação sobre isto sabemos que não é uma competência da Câmara e certamente que no quadro dos partidos que apoiam o Governo, no qual o Bloco também se encontra, será possível encontrar alternativas que protejam os inquilinos e não os proprietários que usam os fundos imobiliários, estou certa que estamos de acordo relativamente a isso.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado de Santa Maria Maior, nós saudamos as várias iniciativas que têm sido feitas no âmbito das juntas do centro de Lisboa, inclusivamente de Santa Maria Maior, para tentarem encontrar soluções para algumas das dificuldades causadas também pelo turismo. Relativamente às questões do álcool ou licenciamento urbanístico, ou do licenciamento de espaços noturnos cremos que não é esse o assunto que está aqui em discussão atualmente, neste momento, e não nos parece...-----

----- Não é esse o assunto da nossa Moção, estamos disponíveis para discutir isso noutra circunstância e noutra momento, que não é esse o assunto da Moção, em todo o caso deixamos ficar claro também que a nossa perspetiva não é nunca a de policiamento para

resolver os problemas das pessoas que existam na rua ou que estejam na rua, mas repetimos que há toda a nossa disponibilidade para discutirmos esse assunto num outro momento, não é essa a Moção que aqui nos traz e daí que não nos refiramos a ela. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada já terminou o seu tempo.” -----

----- **A Senhora Deputada Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra concluiu a resposta à questão: -----

----- “Muito bem, só mesmo para terminar, eu creio que existe um amplo consenso das várias intervenções que aqui existiram inclusivamente no sentido de que é necessário, existem alguns problemas na cidade advindos do excesso de turismo e creio que temos um consenso suficiente para podermos intervir nesta área. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar à próxima declaração política.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS PP)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores. -----

----- Este esforço vem até na sequência do que tem sido aqui dito, na passada semana assistimos aqui nesta Assembleia à situação dramática e real de uma família com dois filhos que sobrevive dentro do carro. A munícipe, mãe das crianças teve a coragem de vir aqui dizer a todos nós que não se importava de continuar a viver na viatura desde que alguém arranjasse um teto para que pudesse abrigar e educar os seus filhos com o mínimo de dignidade, isto é, veio dizer-nos que é preferível poder usufruir de uma habitação com uma tipologia inferior, independentemente dos Regulamentos que existem para a casa para a qual ela está inscrita, portanto, uma tipologia inferior e estar com os seus filhos e educá-los seria melhor que a situação que existe no presente, quer dizer, se tivesse uma tipologia inferior seria melhor, de qualquer forma. -----

----- Até agora e já passaram 7 anos não lhes foi atribuído o referido fogo, acreditem ou não durante esta semana não houve um dia ao anoitecer em que não me lembrasse desta família! E é a mais pura das verdades, eu não estou a mentir, por isso trouxe o tema novamente aqui hoje! -----

----- Por outro lado continuam a chegar informações de que as obras prioritárias para este Executivo, como sejam as da 2ª. Circular, mesmo sem adjudicação já derraparam pelo menos em 30% do seu valor inicial de 10 milhões, portanto, o que é que me aflige? O que me aflige é a fulanização dos milhões que são gastos em cosmética urbana, incomodam-me e perturbam-me, designadamente quando as nossas preocupações prioritárias são ou deveriam ser de outra índole! Perdoe-me Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, mas custa-me a admitir que venho aqui discutir milhões de euros de orçamentos e de derrapagens imprevistas sobre ordenamentos e embelezamentos da minha cidade quando há munícipes a viverem dentro de automóveis! -----

----- Acho gritante e até absurdo e como eu compreendo as pessoas que possam abominar políticos que só se preocupam com a cosmética que dá votos, que haja pessoas na minha cidade, no século XXI a viver dentro de um automóvel e este é apenas um caso entre muitos que vamos tendo conhecimento diariamente. -----

----- Perdoe-me mais uma vez Senhor Presidente e Senhores Vereadores, mas 1 milhão de euros por quilómetro, ou mais, veremos, na 2ª. Circular não é a primeira prioridade

para o CDS que como sabem tem na sua matriz ideológica o humanismo, o personalismo, principalmente quando há pessoas a viverem em automóveis! Preferia adiar essa obra para um próximo mandato e construir de imediato 20 fogos, 50 mil euros, em cada 100 metros lineares de bairros degradados ou ainda inexistentes do que gastar um milhão por quilómetro na 2ª. Circular! -----

----- Já não vou falar da prioridade porque aqui o que se está a tratar é de prioridades, o que eu estou a tratar é só de prioridades! -----

----- Da prioridade das obras do Eixo Central Marquês/Campo Grande, não dizemos que terminaram as obras e que intervenções não sejam necessárias, como é óbvio, mas trata-se de priorizar aquilo que é essencial, a vida e dignidade humana, uma preocupação que julgo ser de todos, preferimos mil vezes ter uma estratégia baseada na qualidade de vida das pessoas, bem como na igualdade de oportunidades de todos os cidadãos do que na oportunidade fugaz e despesista de captar mais um voto nas próximas eleições. -----

----- Continuamos a preferir mil vezes preocuparmo-nos com os mais desprotegidos que nada têm e a que nada podem aspirar, do que com aqueles a quem se pretende melhorar apenas o conforto físico, visual ou até estético das suas vidas. -----

----- Na sua Declaração de Princípios, que já data de 1974, o CDS defende dentro de outras máximas que o homem é explorado quando se sente asfiziado pelo aparelho burocrático do Estado, neste caso aplica-se à Câmara que coloca em lista de espera para uma tipologia superior este agregado. O homem é oprimido quando a sua vida privada não decorre com a necessária intimidade. Terceira: o homem é explorado quando a sua consciência de pessoa é abafada pelas massas ou é objeto de manipulações de sociedade de consumo. -----

----- O CDS representa simultaneamente todos os portugueses que desejam para o nosso país um sistema democrático de vida capaz de conduzir à redução acelerada das desigualdades sociais existentes, a um rápido progresso económico e social e a uma ampla e efetiva participação de cada um nas diferentes manifestações da nossa vida coletiva. Esses votos continuam válidos após 42 anos de democracia e 42 anos de CDS, não nos podemos preocupar apenas com quem passa e trabalha ou visita a nossa cidade, temos que nos preocupar em primeiro lugar com quem vive em Lisboa, mesmo que seja dentro de um carro! -----

----- Para isso importa que todos nós acima de ideologias partidárias, acima disso, Executivo e Oposição assumamos um compromisso de inverter no curto espaço de tempo possível a situação em que se encontram centenas de agregados familiares. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Há vários pedidos de palavra, a Câmara julgo que já não tem tempo mas vamos ver, de qualquer maneira eu gostava de dizer aqui uma coisa que é importante neste momento dizer, estes pedidos de habitação que têm aparecido aqui na Assembleia Municipal são sempre depois tratados por mim, coordenados com a Senhora Vereadora da Habitação e muitas vezes com as próprias Freguesias. -----

----- Eu não tenho depois oportunidade de vos dar o retorno dessas diligências, mas muitas vezes conseguem-se encaminhar as situações, outras vezes e já nos tem acontecido, ainda agora recentemente com um conjunto de pessoas que vieram aqui todas no mesmo dia por causa de um despejo no Alto do Varejão, nós dizemos uma série de diligências em colaboração com a Junta de Freguesia da Penha de França e sucede que as pessoas pura e simplesmente recusaram todos os apoios que lhes foram proporcionados pela Junta de Freguesia e pela Santa Casa da Misericórdia dizendo que

não aceitavam essas soluções e que exigiam uma casa da Câmara e, portanto, é preciso conhecer as histórias todas, é preciso tratar as coisas como elas têm que ser tratadas, eu em princípio não devia estar a dizer isto, mas como foi parte do meu trabalho receber o que as pessoas dizem e fazer as diligências todas para ver qual é a resposta sinto que é dever comunicar-vos que umas vezes se conseguem encaminhar, outras vezes não se conseguir encaminhar e que não é por a Câmara ter mais ou menos dinheiro para a obra A ou B ou C que os problemas se resolvem porque são problemas de natureza diferente e, portanto, aqui na Mesa da Assembleia somos hipersensíveis, como já perceberam a esta questão da habitação e as pessoas são tratadas uma a uma com a capacidade que nós temos que tratar. -----

----- Era isto que eu não queria deixar de dizer porque senão parece que estamos aqui a ouvir as queixas e que não fazemos nada, o que não é verdade e não seria justo!-----

----- Há dois pedidos de palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Claro que o assunto da habitação na cidade de Lisboa é sério demais para ser abordado de uma forma demagógica e deturpada como acabou de ser! -----

----- Em primeiro lugar cumpre recordar uma das razões principais pelas quais hoje temos pessoas a perder a sua habitação e ter dificuldade de aceder a um teto, deve-se a uma Lei das rendas que tem um nome e tem uma cara e o nome e a cara é Assunção Cristas, líder atual do Partido que o Senhor representa e que é autor de uma alteração à legislação sobre Arrendamento Urbano, que não só incumpe promessas eleitorais como não dá garantia de agregados familiares e idosos quanto às suas manutenções nas suas habitações, como significativamente degradou a segurança em quem tinha uma habitação na cidade de Lisboa, primeiro ponto. -----

----- Em segundo lugar se olharmos para a política de habitação do Município, para o investimento feito nos bairros municipais todos sabemos que não é suficiente e todos estamos insatisfeitos, mas temos um compromisso desta Autarquia, temos um compromisso na requalificação, um compromisso na construção de habitação nova e diariamente todos os que somos Autarcas, Presidentes de Juntas de Freguesia, Membros da Assembleia Municipal todos os dias nos confrontamos com dramas humanos como aquele que o Senhor se calhar pela primeira vez surpreendeu-se na semana passada ao ouvir pela primeira vez! -----

----- Faço atendimento na Junta de Freguesia do Lumiar todas as segundas-feiras e invariavelmente todas as segundas-feiras alguém tem um problema de habitação! Todas as semanas com a Misericórdia, com a Câmara Municipal, com apoios muitas vezes até voluntários por parte de residentes conseguimos ir resolvendo os problemas dramáticos que as pessoas enfrentam, há de facto pessoas que estão de facto a viver em casas de pais sobrelotadas, pessoas que estão há anos à espera de uma solução, não porque ela não seja vontade do Município mas porque ela não existe, porque é necessário requalificar o edificado porque não podemos pura e simplesmente abrir a porta de casas que estão degradadas e colocar as pessoas lá dentro, temos que lidar também muitas vezes com pessoas que são instigadas a fazer ocupações, quando isso as prejudica mais do que as beneficia, em realidades dramáticas, em bairros com níveis de desemprego inqualificáveis! -----

----- Chegar aqui à Assembleia Municipal e achar que descobriu, que viu a luz a semana passada e de repente pode obliterar todo este trabalho, todo este esforço de todos os partidos, todos os partidos que aqui estão representados que assumem os pelouros da Habitação e do Desenvolvimento Social, das várias Freguesias da Cidade de Lisboa é

pura e simplesmente faltar ao respeito a esta Assembleia e faltar ao respeito às pessoas que dramaticamente aqui vêm partilhar as suas vidas num momento de desespero final!

----- É prioritário para esta cidade, mas o facto de haver aqui uma prioridade na habitação não nos desonera e não nos desobriga de fazer as outras coisas, de por exemplo garantir segurança rodoviária, de por exemplo garantir que os índices de poluição da 2ª. Circular baixam, por exemplo garantir que o ruído que aflige muitos dos residentes dos dois lados da 2ª. Circular, muitos curiosamente Bairros Municipais de pessoas que se levantam às 7 da manhã para trabalhar e que têm que lidar com o barulho da 2ª. Circular, que é ensurdecedor nas horas de ponta e que felizmente vai baixar graças a este investimento, isso também faz parte das atribuições do Município. -----

----- E já agora esta é a parte que eu mais gosto é uma obra que derrapa antes de sequer ser lançada, porque o CDS exigiu discussão pública de todos os projetos de intervenção na cidade de Lisboa e essa discussão pública fez-se e os projetos foram alterados precisamente para acomodar parte da discussão pública, portanto, obviamente que os custos iniciais têm que ser alterados para dar resposta àquelas que foram identificadas como prioridades em todos estes momentos, são investimentos públicos com verbas diferentes, com fontes diferentes de financiamento que não prejudicam um cêntimo da política de habitação da cidade de Lisboa, portanto, é com pesar que temos que dizer que não foi séria a sua abordagem porque nesta Assembleia Municipal sempre houve disponibilidade, todos os Presidentes de Junta, todos os Deputados Municipais sempre estiveram disponíveis para o drama da habitação que a cidade de Lisboa enfrenta, mas este drama felizmente vem diminuindo de ano para ano e é com grande orgulho que os Deputados Municipais aqui eleitos pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista tem no seu legado terem erradicado com o flagelo das barracas na cidade de Lisboa quando o fizeram na coligação, isso foi possível com um grande esforço que mobilizou também a própria Assembleia Municipal, que mobilizou toda a cidade! -----

----- Significa que o trabalho está concluído? Longe disso! Significa que estamos desinteressados do problema? Muito longe disso! Significa que vamos baixar os braços? Antes pelo contrário, o trabalho da Vereadora, o trabalho do Presidente, o trabalho da mobilização dos recursos financeiros nesta área tem sido absolutamente notável, estamos insatisfeitos mas estamos dedicados, empenhados e vamos seguramente melhorar a condição dos munícipes da cidade de Lisboa e por isso também contamos com a participação do CDS e o contributo humanista que pode dar, e podem dar o recado, estamos disponíveis e queremos mudar a Lei de Arrendamento porque isso também evita que mais pessoas sejam colocadas na rua e em situação de desespero. ----

----- Obrigado” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa-tarde Senhora Presidente. -----

----- Gostaria também aqui de reforçar as palavras ditas pelo meu colega Deputado Pedro Delgado Alves, é de facto importante relembrar que o Município de Lisboa primeiro não é o único responsável nestas matérias e segundo existe aqui uma história para trás que não começou precisamente na semana passada, existe aqui uma história não só de apoio da Câmara de Lisboa relativamente a estas matérias, mas também lembrar que desde as alturas dos anos 90, do PER e do PIMP, que nunca se reabilitaram tantas casas, nunca foram entregues tantas chaves e isso é uma realidade também inegável que não se pode ignorar. -----

----- Outra questão que é também preciso perceber, é verdade que a Câmara de Lisboa poderia e deveria e continuará sempre a investir nesta área, portanto, sempre que o fizer será bem-vindo e esta Assembleia sempre o pediu e a Câmara sempre respondeu neste

sentido, agora também é preciso ver, como eu disse no início, que a Câmara de Lisboa apesar de fazer todo este investimento e de ter programado, existem também outras entidades muito responsáveis, é preciso não esquecer também que a capacidade das Câmaras durante anos e anos foi também limitada pelas questões do endividamento das Câmaras relativamente a estas matérias, no qual a habitação estava incluída, portanto houve aqui um esforço difícil de enquadrar estas matérias, mas também ver que hoje as outras entidades que não estão aqui a ser chamadas a esta questão, como a Segurança Social também devia de dar um apoio forte nesta matéria e não está aqui a ser envolvida e é também uma questão que deve ser chamada porque não podemos pensar que é só a Câmara Municipal de Lisboa que tem que responder aos problemas da habitação, é o seu papel mas não é a única entidade, portanto, também gostaria de lembrar não só aos governos anteriores que nada fizeram nesta matéria, pelo contrário e como já foi aqui dito, em muito prejudicaram muitos destes municípios que hoje é a Câmara Municipal que lhes dá algum do pouco apoio que têm e das Juntas de Freguesia também como foi agora aqui muito bem apontado pelo Deputado Pedro Delgado Alves, mas também relembrar que é preciso também reforçar para o futuro, que outros organismos a particularmente a Segurança Social possam também dar um apoio complementar nesta matéria. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde, eu não pensava falar mas realmente ouvi aqui algumas afirmações que não podem ser colhidas como verdadeiras em parte e pego nas últimas palavras da Senhora Presidente quando disse “É preciso saber as histórias todas.” E aqui tem toda a razão! -----

----- Vir aqui e dizer que a culpa de haver é pela Lei das Rendas é uma falsa questão! É uma falsa questão e vou-lhes dizer Senhores Deputados, eu fui advogada de alguma Junta quando foi esta, quando havia a Lei das Rendas, Senhor Deputado fui advogada da Junta de Freguesia de Alcântara, posso-lhe dizer que todas as pessoas que foram lá pedir que as aconselhássemos nenhuma foram postas na rua! -----

----- Se o Senhor Deputado me disser assim, que não houve publicidade para as pessoas saberem o que é que era preciso fazer concordo inteiramente com Vossas Excelências, concordo inteiramente, mas que eu lhes posso dizer que nenhuma pessoa que foi à Junta de Freguesia de Alcântara no tempo em que eu dei lá o aconselhamento foi posta na rua, Isto porquê? Se as pessoas não tinham capacidade económica, tudo tinha que ser demonstrado e tudo tinha prazos, vir dizer que realmente devia de ser publicitado e que não foi e que aqui houve muita falha, inclusivamente da Associação de Proprietários e dos inquilinos e do Inquilinato que dava respostas e aconselhamento às pessoas que não era corretas, porque não era advogados, eram pessoas que lá estavam à frente, essas pessoas depois iam à Freguesia de Alcântara e eram corrigidos, isso eu posso-vos dizer aqui com toda a frontalidade e vão ver essas pessoas a viverem na Junta de Freguesia de Alcântara. -----

----- Agora quem não pediu ajuda efetivamente, pessoas de alguma idade que não sabiam concordo, concordo, mas aqui é uma falta de conhecimento que todos nós temos, todos pensam, toda a gente sabe, toda a gente tem *emails*, que toda a gente vê televisão, que toda a gente vê o Diário da República, parte-se de um pressuposto errado e esse é que é o tal problema! Agora dizer-me que é um problema que deve ser resolvido, porque estas pessoas muitas delas nunca tiveram casas, quem se vê que isto foram sempre problemas de pessoas que foram sempre dependentes ou da Câmara ou da Santa Casa! Senhor Deputado, há sempre exceções, em todo o lado há sempre exceções, nunca é dada como certa. -----

----- Obviamente que eu não tenho talvez o dom da palavra, porque não sou Deputada da Assembleia da República para chegar aqui e levantar e dizer isto é assim e vão lá! Eu estou-vos a dizer aquilo que na minha profissão eu posso falar e aí eu dou cartas, o que for da minha profissão eu dou cartas e isso agora aqui vamos embora! -----

----- Nisto eu tenho é que dizer e por isso realmente a Câmara tem uma certa responsabilidade, mas também é certo que todos os casos têm que ser analisados, porque há muito aproveitamento e isso com certeza que a Câmara não deixará de o fazer, e tem mais: há uma situação aqui que se põe e que vamos assistindo que tem a ver com o Regulamento, como é que são atribuídos? Nós falamos na Lei das Rendas que obedece a uma série de critérios entre os quais é possível que o arrendatário lá fique e não tem problemas, as pessoas coim umas certas idades, que têm um rendimento mínimo, etc. e agora veja... E não só, se tiver 60% de incapacidade e se tiver acima de 60% de incapacidade, não é só e os rendimentos, então como é que nós podemos ter o parque habitacional, como é que podemos ter sem os prédios a cair se também os senhorios não podem fazer obras? -----

----- É que isto é tudo muito bonito mas há que haver aqui um pouco de seriedade, não é fácil, não é fácil Senhores Deputados, obviamente que não é fácil! Mas aqui temos que todos que trabalhar em conjunto no sentido de que estas pessoas realmente e todos nos custam a nós que ouvimos aqui as pessoas todas as semanas virem pedir casa, mas temos que trabalhar este assunto com alguma seriedade e não só em termos de agora vamos chatear aquele Partido porque fez isto ou que fez aqueloutro. -----

----- É tudo Senhora Deputada. Senhora Presidente, muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Isto hoje está felizmente muito animado, o que é um bom sinal.-----

----- O Senhor Deputado está a pedir a palavra, eu chamo a atenção que isto foi uma Declaração Política do CDS, estamos no período das perguntas ou intervenções sobre a Declaração Política e portanto, se querem fazer mais perguntas ou intervenções sobre a Declaração Política do CDS podem fazê-lo, mas não há perguntas e respostas entre uns e outros, é só sobre a Declaração Política do CDS-PP.-----

----- Há mais pedidos de palavra? O Senhor Deputado tem direito a responder, naturalmente. Mas o Senhor Deputado Miguel Coelho está-me a fazer sinal, quer fazer mais uma pergunta ainda? Sobre a Declaração Política do CDS, sobre a intervenção que acabou de ser feita não tem.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É sobre o tema Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode fazer, o PS tem dois minutos ainda que são para gastar. Se os quiser gastar...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na Sessão toda? Então não vou usar, não tenho autorização.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dois minutos para ouvir perguntas e respostas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Sobre este ponto em concreto?”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Sobre a Sessão toda.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Então não, peço desculpa.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa gestão de tempo é sempre uma coisa importante nos grupos muito grandes.”
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Então agora que já tenho autorização da minha bancada, para dizer duas coisas muito rapidamente: eu tenho acompanhado muito de perto toda a questão que tem a ver com a Lei das Rendas, isto tem sido uma luta em parte da minha vida política nos últimos anos e quero registar que hoje aconteceu aqui, com a intervenção da Senhora Deputada Rosa Carvalho, por quem tenho muita consideração e sei que é uma excelente advogada, que hoje registou-se aqui um facto político muito interessante, é que nesta Assembleia Municipal o PSD da Assembleia Municipal fez sempre questão de dissociar-se da Lei das Rendas do seu próprio Governo, e bem, hoje vi aqui pela primeira vez uma defesa da Lei das Rendas anteriores feita pela Senhora Deputada Rosa Carvalho, que eu quero aqui registar porque é um facto político novo!-----
----- Em segundo lugar eu quero dizer que, e volto a repetir, disse há bocado e talvez não tenha sido ouvido bem, a tragédia que se vai abater nesta cidade sobre as pessoas com mais idade a partir dos 65 anos, a partir de 2017 se a Lei das Rendas não for revogada ou alterada significativamente é que muitas pessoas que de facto tiveram alguma proteção durante estes cinco anos pela insensibilidade daqueles senhores e da Lei das Rendas assumida pela então Senhora Ministra Assunção Cristas vai pôr estas pessoas pura e simplesmente na rua, porque o período de adaptação é cinco anos, depois o proprietário pode pedir o que quiser, contudo já hoje em dia também porque se calhar não há tão bons advogados quanto isso nas outras juntas todas pelos vistos, é que hoje em dia muitos cidadãos recebem cartas, são cidadão com uma certa dose de iliteracia e temos que compreender isso, recebem cartas comunicando “A sua renda aumentou x%” e muitos não tiveram a clarividência de pedir à Junta de Freguesia ou ir à Associação de Inquilinos e levaram esses aumentos de rendas por ausência de resposta, porque a Lei tinha a armadilha, o alçapão de dizer “Se não responder concordou”, tinha logo essa e portanto há muitos cidadãos de idade que ficaram penalizados com este brutal aumento e somos nós Juntas de Freguesia que estamos agora a debatermo-nos com este problema.
----- Também posso dizer que quem vem à Junta de Freguesia de Santa Maria maior tem resposta e nós temos conseguido evitar muitos despejos, mas a Lei aí está, a Lei é desumana, a Lei não teve em conta o ser humano, a Lei não teve em conta os mais desprotegidos, a Lei não respeitou sobretudo pessoas em fim de ciclo de vida! E esta lei carece de uma urgente revogação e de facto registámos aqui que o PSD de facto alinhou pela primeira vez integralmente com esta Lei quando fez sempre questão aqui de se dissociar, se há uma coisa do CDS, que não é uma coisa nossa do PSD, foi sempre dito. Muito obrigado.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhora Deputado Rosa Carvalho da Silva, tem tempo ainda para responder, tem sete minutos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado Miguel Coelho, com toda a apreciação que eu tenho por si e agradeço o elogio que me fez, sei que é genuíno atendendo também ao que temos em mãos, mas essa intenção com que levou as minhas palavras é essa que eu não posso aceitar e não posso aceitar porque o que eu disse aqui é que houve um problema, esse problema foi a falta de conhecimento, como sucede em todas as leis, a não publicidade, o não, as pessoas não sabem, não têm conhecimento.-----

----- Há realmente um alçapão, como o Senhor disse e bem, que é o tal “se não disser nada é porque concorda”, mas se dissesse e essa parte de dizer que ao fim de cinco anos, não! Também não corresponde à verdade! Repare que como tudo na vida, a Lei é geral e abstrata, como o Senhor bem sabe porque o Senhor é que é o legislador, eu não sou legislador, eu sou uma pessoa que ando em Tribunal! Ouça, eu sou uma Advogada de Barra, nem sou de negócios, sou Advogada de Barra, portanto, o que eu lhe posso dizer é isto: essas pessoas que fizeram a sua defesa e têm uma certa idade, os rendimentos naqueles critérios, o contrato manteve-se o mesmo contrato *ad inicio*.-----

----- Portanto, isto Senhor Deputado, esta é a realidade e o Senhor é que lá está agora, portanto, os Senhores é que são a maioria! Portanto, revoguem a Lei, apresentem novo projeto e com certeza que com a denominada Esquerda Radical vão aprovar!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados desculpem, neste debate há uma grelha que está clarificada!

----- O Senhor Deputado Miguel Coelho pede a palavra para? Defesa da Honra, não dei que tivesse sido atingida, mas se faz favor.-----

----- Senhores Deputados, peço desculpa, mas o juízo sobre se a sua honra foi atingida ou não é de cada um, portanto, a Mesa aqui não se pode sobrepor, se o Senhor Deputado entende que foi atingida tem o direito de a defender.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra:-----

----- “Peço desculpa, se calhar há aqui um equívoco da minha parte, mas eu interpretei a intervenção da Senhora Deputada Rosa Carvalho como sendo de Defesa da Honra e se foi uma Defesa da Honra eu tenho o direito de responder à Defesa da Honra.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, a Senhora Deputada não foi uma defesa da Honra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Se não foi não tenho nada para dizer.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Deputada não foi em Defesa da Honra, foi tempo da bancada. Muito obrigada.-----

----- Este tema vai com certeza continuar na agenda, vamos ter que voltar a ele. Neste momento não temos mais intervenções e o Senhor Deputado Gabriel Fernandes tem a palavra para encerrar, não, é o Senhor Deputado Toga Soares. O CDS tem quatro minutos para encerrar o debate e vão os Senhores dois Deputados usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Toga Soares (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, de facto é uma alegria vermos a geringonça a trabalhar! A desmontar tudo aquilo que este Governo, o anterior Governo fez para levar Portugal para o bom caminho! -----

----- E não nos esqueçamos Senhores Deputados ao que é que nos fez chegar até ao último Governo, não nos esqueçamos da banca rota que havia, não nos esqueçamos que não havia dinheiro para pagar um mês de salários e pensões à Função Pública, um mês, e vir para aqui dizer que a culpa dos despejos é do anterior Governo, isto é da mais pura demagogia que pode haver! -----

----- Tanto mais Senhor Deputado e refiro-me particularmente a si que caso não tenha conhecimento da Lei do Novo Regime de Arrendamento Urbano, a partir de 2017 podem recorrer à Segurança Social as pessoas mais carenciadas, há essa cláusula na Lei, essa cláusula esta na Lei Senhor Deputado, seja honesto nas suas intervenções! Tenho dito, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É muito rápido, eu subscrevo as palavras do meu colega Toga Soares, mas pelos vistos para além da geringonça estar a trabalhar à sua maneira, não é? Parece que Assunção Cristas já paira no ar!... Eu não queria chamar medo, não queria dizer que alguém está com medo de Assunção Cristas, mas se calhar não está muito longe, o sentimento não estará muito longe! -----

----- Em relação à minha intervenção, o que eu quero dizer é que para as pessoas é difícil compreender como é que num estalar de dedos se dispara 30% no orçamento e ao mesmo tempo há pessoas a dormirem em carros, é só esta pergunta e pelos vistos valeu a pena fazer esta intervenção. Muito obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir, aqui uma pequena variante que a Mesa vai dizer, naturalmente a Senhora Deputada Assunção Cristas pelo seu próprio nome tem que pairar! Porque Assunção quer dizer exatamente isso, há de subir ao céu! -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente.-----

----- Muito boa tarde, restantes Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e Funcionários.-----

----- O desenvolvimento das práticas de uma cidadania participativa permite uma partilha de responsabilidades entre os atores públicos e os cidadãos nos processos de decisão e nas políticas de descentralização. No caso dos Orçamentos Participativos (OP), tal processo implica o envolvimento dos cidadãos na discussão e na deliberação sobre as prioridades de investimento público, permitindo promover a inovação nas instituições locais e a criatividade dos municípios. -----

----- E é por reconhecermos a importância e o valor dos processos de elaboração de OP, em que os projetos sejam, efetivamente, concretizados, não descredibilizando a participação democrática dos cidadãos na apresentação de sugestões relevantes para uma melhor gestão da cidade, uma melhor qualidade de vida na sua convivência com o espaço público, e acompanhados de um processo de comunicação transparente, que “Os Verdes” trazem hoje esta temática à AML, através de uma declaração política complementada por uma recomendação. -----

DRAFT

----- No espaço europeu, o OP está presente em cerca de centena e meia de cidades, sendo visto como um instrumento democrático na melhoria da gestão municipal. Portugal não apenas possui mesmo o maior número de experiências de OP, como Lisboa terá sido a primeira capital europeia a implementar o OP, com o objetivo de aprofundar a ligação da autarquia aos seus munícipes. Foi inspirando-se nos valores da Democracia Participativa que o OP de Lisboa teve a sua 1ª edição em 2008, conferindo aos cidadãos a possibilidade de apresentarem sugestões para a sua cidade e votarem naqueles projetos que considerem prioritários. -----

----- Como é que as instituições locais e os cidadãos adaptam o modelo aos seus contextos de vivência da cidade? -----

----- De acordo com a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Lisboa, do lado dos munícipes, a participação passa pela resposta ao incentivo de diálogo entre cidadãos, eleitos e instituições, processando-se na procura das melhores soluções para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis. Pretende-se ainda contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências, práticas de participação e sugerir soluções. -----

----- Do ponto de vista da CML, tem-se em conta procurar adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas. Tal deverá passar por aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia, bem como melhorar a qualidade de vida na cidade. Periodicamente deverá o município apresentar um balanço sobre o estado de desenvolvimento dos processos. -----

----- Com efeito, com base no 3º princípio da referida Carta, “a Câmara Municipal de Lisboa assume o compromisso de integrar na proposta de plano de atividades e orçamento municipal os projetos votados pelos cidadãos”. -----

----- E com base no 7º princípio da mesma Carta, a CML “compromete-se a informar os cidadãos sobre os contributos acolhidos e não acolhidos e as razões do não acolhimento, nomeadamente através de um relatório anual de avaliação do orçamento participativo”. A CML “compromete-se, igualmente, a informar periodicamente os cidadãos sobre a execução dos projetos vencedores do OP, inscritos no plano de atividades e orçamento”.

----- Assim, na Informação Escrita para o período de Nov. 2015 a Jan. 2016, reporta-se genericamente que, no ano passado, a 8ª edição do OP obteve uma votação superior a 42 mil votos, indicando-se, na p. 9, que se verificaram 13 projetos vencedores na categoria dos projetos até 150 mil euros e 2 na categoria dos projetos entre os 150 e 500 mil euros. A mesma Informação Escrita refere também que os serviços terão procedido à monitorização e acompanhamento dos projetos vencedores em edições anteriores. -----

----- Verifica-se, no entanto, que após a edição de 2010/2011, os relatórios de avaliação disponíveis na página da Internet do município deixaram de reportar o ponto de situação em que se encontram os projetos vencedores nos anos anteriores, dificultando a transparência no seu acompanhamento pelos munícipes. -----

----- De facto, se Lisboa terá sido das primeiras capitais a implementar um OP com o objetivo de aprofundar a ligação da autarquia com os seus munícipes, inspirado nos valores da Democracia Participativa, tal como inscrito no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa, será que aos cidadãos não lhes é permitido acompanhar e serem esclarecidos sobre as propostas por si apresentadas? -----

----- Desconhece-se o motivo ou motivos para os atrasos na implementação de alguns dos projetos vencedores do OP, pelo que nos interrogamos se o adiamento ou a não execução dos projetos vencedores não acaba defraudando as justas expectativas dos munícipes. Por vezes surgem casos de mudança de localização para a execução dos

projetos, o que também não cai nada bem junto dos candidatos e das expectativas por si entretanto criadas.-----

----- O assunto já foi inclusive abordado no ano passado em sessão de CML, tendo o Senhor Presidente respondido que iria indicar aos serviços para que preparassem e apresentassem os relatórios de avaliação contendo o ponto de situação atualizado sobre os diversos OP. E é nesse mesmo contexto que já desde 2014 “Os Verdes” vêm questionando o executivo sobre esta situação e hoje, passados dois anos, voltam a recomendar para que sejam apresentados os resultados das obras em curso ou em atraso das edições anteriores, bem como a sua divulgação pelos munícipes e grupos municipais.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Cumprimento todos os Deputados Municipais.-----

----- Relativamente a este tema, gostaria de dar nota a alguns aspetos que considero muito importantes, e sem pôr em causa a oportunidade e o conteúdo da recomendação que foi dirigida à Câmara, a qual obviamente, aceito e considero, também, que deve ser avaliada, gostaria de dar nota que muitas das preocupações contidas na recomendação expressa e que aliás, reiterou, estão a ser acauteladas e na próxima edição deste ano, a 9ª Edição do Orçamento Participativo, iremos ter muito boas novidades nessa matéria. Iremos ter, inclusive, uma nova plataforma tecnológica bastante adequada aos sistemas do orçamento participativo, plataforma essa que incluirá uma componente de execução transparente e, portanto, toda a informação relativa à componente de orçamentos participativos, estará á numa lógica de “*story map*”, para que as pessoas possam ver, efetivamente, onde é que eles estão localizados, com fotografias reais do estado em que se encontram, também, estará uma componente nova das situações, a explicar as situações que, ainda, estão em curso, e o porquê, e acima de tudo, terá um novo modelo de execução e de acompanhamento das propostas do Orçamento Participativo, de agora adiante.-----

----- Este é um processo que, como sabe, eu só acompanho acerca de dois, três meses, e portanto, tentámos melhorar essa componente.-----

----- Também dar nota que, também, para estas melhorias na própria Edição do Orçamento Participativo, vamos ter envolvimento com as Juntas de Freguesia, às quais pedimos interlocutores que vão participar, ativamente, na componente de acompanhamento da avaliação dos projetos, e preferencialmente, na sua execução se, assim, o entenderem, quando os projetos se identificarem com a sua zona territorial. ----

----- Mas dar nota que o Orçamento Participativo não é o único instrumento de participação na Cidade de Lisboa, já aqui foram falados vários, outros como o BipZip, com outros mecanismos, e que também, a Câmara Municipal de Lisboa, até ao final do mês, até ao último trimestre deste ano, irá apresentar uma plataforma desenvolvida no âmbito de um programa internacional para a participação numa base contínua num projeto que irá, com certeza, mudar o paradigma de participação na Cidade de Lisboa, para além da componente do orçamento Participativo, e para além do programa “Lisboa Aberta”, que apresentámos recentemente, um programa dos centros de cidadania participativa que existem já, e que estamos a implementar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Sobreda Antunes se quer usar da palavra para a conclusão? Não quer usar, muito bem. -----

----- Então Senhores Deputados, estamos em condições de passar à fase das votações. --
----- Foram apresentadas uma moção pelo PCP, e duas recomendações, uma do PEV e outra do BE.-----
----- (A **Moção nº 1/99 – Março, mês da Juventude – Mais Direitos, Mais Futuro, Precariedade Não!**) – Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----
----- Quanto à Moção do PCP intitulada “Março, Mês da Juventude - Mais Direitos, Mais Futuro, Precariedade, Não”, **Moção nº 1/99**, ela tem quatro pontos, e foi proposto um aditamento que será posto antes do ponto quatro, o ponto quatro é apenas o ponto de encaminhamento, eu vou ler o aditamento que corresponde ao que foi dito pelo Senhor Deputado João Pinheiro e aceite pelo Senhor Deputado Fábio Sousa, e o aditamento diz o seguinte: “*Dirigir à Assembleia da República um apelo para que legislem matéria de emprego público no sentido de removerem falsas prestações de serviços na Administração Pública, e o fomento de contratação de trabalhadores para necessidades já diagnosticadas*”. Portanto, este é o aditamento que tem de ser incluído.-----
----- Relativamente a esta moção, o PSD pede para votar separadamente o ponto terceiro, que tem a ver com a manifestação da juventude trabalhadora, votação à parte. Portanto, a Mesa vai pôr à votação, peço a atenção para terem os vossos cartões na mão, a Mesa vai pôr à votação os **pontos números 1, 2, 4 (aditado) e este aditamento que eu acabei de ler (anterior ponto 4)**. Votos contra do CDS-PP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. Os pontos **números 1, 2, 4 (aditado) e este aditamento que eu acabei de ler (anterior ponto 4)**, foram **aprovados por maioria**.-----
----- Passamos ao **ponto 3 da Moção nº 1/99**. Votos contra do PSD e do MPT, abstenção do CDS-PP, e votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto 3 da Moção nº 1/99 foi aprovado por maioria**.-----
----- Vamos passar à **Recomendação nº 2/99**, apresentada pelo PEV, “**Orçamento Participativo**”.-----
----- (A **Recomendação nº 2/99** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----
----- Tem três pontos, ninguém pediu a separação, vamos votar. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 2/99 foi aprovada por unanimidade**.-----
----- Vamos passar à **Recomendação nº 3/99**, apresentada pelo BE, “**Por Uma Cidade Inclusiva e Contra a Gentrificação**”.-----
----- (A **Recomendação nº 3/99** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----
----- O Senhor Deputado Miguel Graça pede para destacar o ponto 2, para ser em separado, o PS também pediu o ponto 2 em separado.-----
----- Portanto, a recomendação do BE tem três pontos, o primeiro é a elaboração do documento com pedidos de licenciamento.-----
----- O segundo é a avaliação da necessidade de adequação dos planos municipais de ordenamento à nova realidade da procura turística.-----
----- O terceiro é os contactos com o Governo para revogar o novo Regime de Arrendamento Urbano.-----
----- Há um quarto ponto que a Senhora Deputada anunciou que iria apresentar, e que diz o seguinte: “*A revisão do Regime de Arrendamento Urbano deve salvaguardar e proteger com especial atenção, os imóveis declarados de interesse municipal*”. Isto corresponde ao que a Senhora Deputada disse na sua intervenção.-----

DRAFT

----- O CDS-PP pede a votação de todos os pontos em separado. Muito bem, temos tempo.-----

----- Então, para que fique tudo claro, o **ponto 1**, da **Recomendação nº 3/99**, diz o seguinte: “*Elabore um documento contendo os pedidos de licenciamento e comunicação prévia de imóveis destinados a hotéis e alojamento local nos últimos 3 anos, por freguesia, fazendo constar a área de utilização dos mesmos*”. Não há votos contra, abstenção do PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN e 6IND. O **ponto 1**, da **Recomendação nº 3/99** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos ao **ponto nº 2** da **Recomendação nº 3/99**, diz o seguinte: “*Proceda à avaliação da necessidade de adequação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território vigentes no Município de Lisboa à nova realidade ditada pelo aumento da procura turística*”. Não há votos contra, abstenções do PS, PNPN e 6IND, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. O **ponto 2**, da **Recomendação nº 3/99** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos ao **ponto nº 3** da **Recomendação nº 3/99**, diz o seguinte: “*Encete contatos com o Governo no sentido de revogar o Novo Regime de Arrendamento Urbano, substituindo-o por legislação que proteja devidamente os inquilinos e impeça processos de gentrificação como os que estamos a assistir em Lisboa*”. Votos contra do PSD, CDS-PP e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto 3**, da **Recomendação nº 3/99** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos ao **ponto nº 4** da **Recomendação nº 3/99**, diz o seguinte: “*A revisão do Regime de Arrendamento Urbano deve salvaguardar e proteger com especial atenção os imóveis declarados de interesse municipal*”. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **ponto nº 4** da **Recomendação nº 3/99** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Há uma Declaração de voto do Partido Socialista para clarificar o posicionamento de voto na Recomendação 3/99.”-----

----- (A Declaração de Voto do Partido Socialista não foi entregue.)-----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos, para a semana como eu já anunciei não há sessão. Desejo a todos uma Boa Páscoa e a próxima Sessão será no Fórum Lisboa no dia 29 de março. Muito obrigada.”-----

----- A sessão terminou, eram às dezassete horas quarenta e cinco minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----

DRAFT

DRAFT